

# Não matarás e o Sermão da Montanha

No Sermão do Monte Jesus agrava as exigências da lei para que os seus ouvintes entendessem que nada faziam que os diferenciava dos pecadores, se tão somente fossem ouvintes do que estava nas Escrituras (Rm 2:13).

---

## Não matarás e o Sermão da Montanha

“Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar, será réu de juízo” (Mateus 5:21).

### Introdução

O Sermão do Monte foi anunciado, especificamente, com a finalidade de demover os filhos de Israel dos conceitos que, por tradição, herdaram de seus antepassados. A mensagem de Jesus contém elementos que possibilitaria à multidão reconhecer, através das Escrituras, a pessoa de Jesus de Nazaré como o Filho de Deus, o Filho de Davi (Sl 2:7; 2Sm 7:14).

Discursar para uma multidão composta por judeus não era uma tarefa fácil. Antes do Sermão do Monte, Jesus já havia discursado aos seus compatriotas e, quando abordou duas passagens bíblicas, de uma perspectiva diferente da que os seus concidadãos estavam acostumados a ouvir - as passagens bíblicas da viúva de Sarepta, de Sidom, e de Naamã, o chefe do exército sírio, leproso - quiseram lançá-lo do alto de um precipício: “E todos, na sinagoga, ouvindo estas coisas, se encheram de ira” (Lc 4:28-29).

Como mudar a concepção de um público que possuía entendimento equivocado acerca da lei, sem que ficassem irados? Como destacar a santidade da lei e apontar a necessidade dos seus ouvintes utilizarem a lei, legitimamente? Como destacar que a lei não cumpriu o seu papel (enferma), por causa do argumento que utilizavam (pela carne): - “Temos por pai a Abraão”.

Estas são algumas das censuras paulinas em desfavor dos judeus:

“Instrutor dos néscios, mestre de crianças, que tens a forma da ciência e da verdade na lei” (Rm 2:20).

“Sabemos, porém, que a lei é boa, se alguém dela usa, legitimamente; sabendo isto, que a lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e pecadores, para os profanos e irreligiosos, para os parricidas e matricidas, para os homicidas” (1Tm 1:8-9).

“Porquanto o que era impossível à lei, visto como estava enferma pela carne, Deus, enviando o seu Filho, em semelhança da carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne” (Rm 8:3).

O público alvo de Jesus tinha a lei como a plenitude do conhecimento, da sabedoria, da doutrina insofismável, no entanto, o orador à frente da plateia era a própria Verdade encarnada, em quem todos os tesouros da sabedoria e da ciência estavam ocultos, mas não O receberam: “Disse-lhe Jesus: Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim” (Jo 14:6). “Em quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência” (Cl 2:3).

A lei, que era tão preciosa aos olhos da multidão, na verdade, tinha por objetivo conduzir os judeus a Cristo. Como seriam conduzidos? Quando informados pela lei que todos os homens pecaram - os judeus não eram exceção - conseqüentemente, precisariam de um Mediador: Jesus Cristo-homem: “Porque, o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê” (Rm 10:4). “Por isso, nenhuma carne será justificada diante dele, pelas obras da lei, porque pela lei, vem o conhecimento do pecado” (Rm 3:20).

Através do Sermão da Montanha, Jesus destaca que a lei não cumpria a sua função por estar débil (enferma), uma vez que os judeus faziam da ‘carne o seu braço’, ou seja, se diziam salvos por serem descendência de Abraão (Jr 17:5).

A lei foi feita para os ímpios, mas como os filhos de Israel não utilizavam a lei, legitimamente, não compreenderam qual era a real condição deles, diante de Deus: pecadores!

O fato de os filhos de Jacó serem descendentes da carne de Abraão, tornou-se um empecilho para reconhecerem que eram pecadores, tal qual os gentios.

Após a leitura deste comentário ao Sermão do Monte, você terá os elementos necessários para compreender como Jesus, através de símbolos, parábolas e enigmas, evidenciou aos seus ouvintes as bem-aventuranças dos seus seguidores, sem abrir mão de demonstrar a mensagem dos profetas e censurar os escribas e fariseus:

“Desde os dias de vossos pais, vos desviastes dos meus estatutos e não os guardastes” (Mt 23:2);

“Mas, vós vos desviastes do caminho, a muitos fizestes tropeçar na lei e corrompestes a aliança de Levi, diz o SENHOR dos Exércitos” (Mt 23:23).

No Sermão do Monte, Jesus não podia falar, abertamente, aos seus ouvintes que, ninguém, exceto os seus discípulos, observava a lei: “Não vos deu Moisés a lei? e nenhum de vós observa a lei! Por que procurais matar-me?” (Jo 7:19).

Jesus, também, não podia dizer, abertamente, que ele era o Cristo, o Filho unigênito de Deus, por isso anunciou a bem-aventuranças dos pobres, dos que choravam, dos mansos, dos sedentos, etc., para que seus ouvintes entendessem, pelas Escrituras, que quem lhes falava era o prometido Rebento do troco de Jessé (Is 11:1-4; Is 61:1-3)

## **Introduzindo mudança de concepção em relação à lei**

Antes de apontar o que estava escrito na lei, Jesus deixou claro, aos seus ouvintes, uma impossibilidade:

“Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder à dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus” (Mt 5:20).

O que entender por ‘*de modo nenhum entrareis no reino dos céus*’? Que o reino dos céus estaria vetado (fechado), justamente, para aquelas pessoas que, desde tenra idade, eram ensinadas todos os sábados, nas sinagogas, que eram ditosas, especificamente, por terem, por pai, o patriarca Abraão.

Em outras palavras Jesus, disse à multidão: - ‘*Vocês não entrarão no reino dos*

céus...’. A assertiva de Jesus foi abrandada pela condição estabelecida, antes da negativa: ‘...se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus” (v. 21). A multidão não se assustou com a impossibilidade, em função da condição estabelecida por Cristo, uma vez que, ainda, seria possível entrar no reino dos céus, se alcançassem justiça superior à dos escribas e fariseus.

Os filhos de Israel estavam acostumados com o surgimento de intermináveis normas e regulamentos, elaboradas pelos escribas – que, por tradição, passavam de pais para filhos, inicialmente, de forma oral (Mishnah), e, posteriormente, de maneira escrita (Talmud) – que não protestaram, quando lhes foi anunciado, que não era possível entrarem no reino dos céus.

Os ouvintes de Jesus, possivelmente, aguardavam mais regras, nos moldes das anunciadas pelos escribas: – Que ações e omissões serão recomendadas, que darão direito a entrar no reino dos céus?

As intermináveis regras, que por tradição os judeus se sujeitavam, foram previstas pelo profeta Isaías:

“Assim, pois, a palavra do SENHOR lhes será mandamento sobre mandamento, regra sobre regra, um pouco aqui, um pouco ali; para que vão e caiam para trás, se quebrantem, se enlacem e sejam presos” (Is 28:13).

De modo que o povo se aproximava de Deus, somente com a boca, mas o coração estava longe de Deus, pois os mandamentos que cumpriam eram mandamentos de homens, aprendidos de forma rotineira (Is 29:13; Jr 12:2).

Apesar da ordem divina, para contemplarem a pedra preciosa de esquina, assentada em Sião (Is 28:16), as visões tornaram-se, para os filhos de Israel, como as palavras de um livro proibido, para aquele que sabe ler ou como um livro entregue nas mãos de quem não sabe ler (Is 29:11-12).

Diante desse quadro funesto, sete versículos nos chamam a atenção, pois são imprescindíveis para compreendermos a continuação do [Sermão da Montanha](#):

“E naquele dia, os surdos ouvirão as palavras do livro e, dentre a escuridão, e dentre as trevas, os olhos dos cegos as verão. E os mansos terão gozo sobre gozo no Senhor; e os necessitados entre os homens se alegrarão no

Santo de Israel. Porque o tirano é reduzido a nada e se consome o escarnecedor e todos os que se dão à iniquidade são desarraigados; Os que fazem culpado ao homem por uma palavra e armam laços ao que repreende na porta e os que, sem motivo, põem de parte o justo” (Is 29:18-21).

## **O cumprimento de várias profecias**

O profeta Isaías predisse acerca de um dia, no qual os surdos haveriam de ouvir as palavras do livro e os olhos dos cegos haveriam de contemplá-las. ‘Surdez’ e ‘cegueira’ são figuras utilizadas pelos profetas para fazerem referência aos filhos de Israel, como nação: “Trazei o povo cego, que tem olhos; e os surdos, que têm ouvidos” (Is 43:8; Is 42:18 e 20; Is 32:3).

O dia que Isaías previu, diz do dia sobremodo oportuno (Is 25:9), pois a salvação em Cristo seria manifesta por Deus e Cristo seria dado por aliança do povo de Israel e luz para os gentios (Is 42:6; Is 49:5-9).

Mas, por que os filhos de Israel (surdos e cegos) ouviriam e veriam as palavras do livro, somente no dia aprazado? Porque os filhos de Israel estavam como bêbados, porém, não era de vinho, nem de bebida forte. Sobre os filhos de Israel pesava um espírito de profundo sono, torpor que se assemelha aos que estão bêbados, de modo que os olhos deles estavam como que, vedados, e os ouvidos como que, agravados (Is 29:10).

O dia aprazado por Deus diz do evento em que Jesus anunciaria bem-aventuranças (regozijo e alegria) aos mansos e necessitados (Is 29:19), quando Cristo, o Santo de Israel, julgaria e repreenderia os mansos e pobres, segundo a reta justiça, diferente dos líderes de Israel, que julgavam segundo o ouvir dos seus ouvidos e segundo a vista dos seus olhos, ou seja, segundo a aparência: “Mas julgará com justiça aos pobres e repreenderá, com equidade, aos mansos da terra; e ferirá a terra com a vara de sua boca, e com o sopro dos seus lábios matará ao ímpio” (Is 11:4).

Enquanto Jesus anunciava as bem-aventuranças do Sermão do monte, as profecias registradas nos capítulos 11 e 29, de Isaías, se cumpriam. Jesus é o rebento que brotou do tronco de Jessé, sobre quem o espírito do Senhor repousava e, que se apresentou aos filhos de Israel, anunciando boas novas aos

pobres: “Respondendo, então, Jesus, disse-lhes: Ide e anunciai a João o que tendes visto e ouvido: que os cegos veem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres anuncia-se o evangelho” (Lc 7:22; Is 61:1).

Embora Jesus estivesse se apresentando ao povo como a fortaleza do pobre e do necessitado e preparando uma festa para que todos os povos pudessem ser participantes, destruindo a morte e enxugando a lágrimas, ao retirar o opróbrio do seu povo de toda a terra (Is 25:4 -8), os filhos de Israel não O reconheceram como o Senhor, anunciado pelos profetas (Is 25:9).

É em função de rejeitarem a Cristo que o profeta anunciou: - ‘Quando eu vim, por que ninguém apareceu? Quando chamei, por que ninguém respondeu?’ (Is 50:2). Quem é o Senhor que, quando chamou ninguém respondeu? O mesmo Senhor que, quando veio, se fez servo e deu as suas costas aos que O feriam (Is 50:6). O mesmo servo do Senhor, o rebento da raiz de Jessé, que o espírito do Senhor estava sobre Ele, e que, portanto, tinha a língua instruída para dar descanso ao cansado (Is 50:4).

O leitor do Sermão do Monte não pode perder de vista que os eventos registrados por Isaías, pois alguns aspectos dessas profecias estavam se cumprindo enquanto Jesus falava aos filhos de Israel.

Enquanto Jesus anunciava o reino, a obra de Deus estava sendo executada, em meio ao povo de Israel e a sabedoria dos líderes de Israel destruída (Is 29:14). Os líderes de Israel (tiranos), homens escarnecedores e dados à iniquidade, estavam sendo reduzidos a nada (Is 29:20). “Porque os estranhos se levantam contra mim e tiranos procuram a minha vida; não têm posto Deus perante os seus olhos. (Selá)” (Sl 54:3). “Ó Deus, os soberbos se levantaram contra mim e as assembleias dos tiranos procuraram a minha alma e não te puseram perante os seus olhos” (Sl 86:14).

Os líderes de Israel, a pretexto de uma lei, forjaram o mal contra o justo, condenando quem não tinha culpa alguma (Sl 94:19-20). A profecia do Salmo 94 é a mesma anunciada pelo profeta Isaías, pois fala de tiranos, escarnecedores e iníquos que fariam o Cristo culpado; que armariam laços para Ele, por repreender na ‘porta’, e que, por fim, negariam justiça ao inocente (Is 29:21).

‘Porta’ é referência ao local onde os juízes, príncipes e anciões se reuniam: “Seu

marido é conhecido nas portas e assenta-se entre os anciãos da terra” (Pv 31:23). Quando é dito: “Levantai, ó portas, as vossas cabeças” (Sl 24:7), é uma previsão referente ao futuro, quando todos reunidos em uma assembleia serão convocados a se postarem de pé, visto que o rei da glória estará adentrando ao recinto.

Os líderes de Israel, homens que se assentavam à porta e que armariam laços, se opuseram a Cristo durante o Seu ministério e negaram-lhe justiça, quando O condenaram à morte, o Filho de Deus que tinha zelo da casa do Pai e os seus irmãos se tornaram estranhos: “Aqueles que se assentam à porta, falam contra mim; e fui o cântico dos bebedores de bebida forte” (Sl 69:12; Sl 69:8-9; Jo 2:17).

Cristo tinha uma causa: obediência ao Pai (Jo 4:34). Por causa da obra do Pai, Jesus ‘repreendia na porta’ e os líderes de Israel se opunham (Sl 69:12). O Filho de Deus se fez servo, obedecendo ao Pai até a morte e morte de cruz (Fl 2:8), mas os seus negaram-lhe justiça e o mataram (At 3:13; Is 53:8; At 8:33).

Sabedor dos eventos previstos nas Escrituras, Jesus instrui os seus ouvintes sobre o homicídio!

“Não vos deu Moisés a lei? E nenhum de vós observa a lei. Por que procurais matar-me?” (Jo 7:19; Jo 8:37 e 40)

## **Não matarás**

“21 Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar, será réu de juízo” (Mt 5:21).

Após afirmar, categoricamente, que, caso a justiça dos seus ouvintes - uma multidão composta de judeus - não fosse superior à justiça dos escribas e fariseus, de maneira nenhuma herdariam o reino dos céus, Jesus chamou a atenção dos seus ouvintes, ao lembrá-los do que ouviram, acerca do que foi anunciado aos antigos:

“Não matarás; mas, qualquer que matar, será réu de juízo” (v. 21).

Como Jesus falava à multidão, não afirmou: ‘Está escrito’, e nem questionou: ‘Nunca lestes?’, ou ‘O que está escrito?’, ou ‘Como lê?’, etc., antes, fez referência ao que ouviram, pois mais de 97% dos que ali estavam eram analfabetos[1]:



'Ouvistes que foi dito aos antigos: ...' (v. 21). "Nós temos ouvido da lei, que o Cristo permanece para sempre" (Jo 12:34; Jo 10:34; Jo 8:17; Lc 19:46; Lc 10:26; Mc 7:6).

A multidão, rotineiramente, ouvia, aos sábados, os mandamentos, conforme o que está escrito no Êxodo: "Não matarás" (Êx 20:13) e suas consequências legais: 'E quem matar a alguém, certamente, morrerá' (Lv 24:17; Lv 24:21; Nm 35:30).

Como os judeus passaram à condição de escravos das nações vizinhas, desde a conquista dos Babilônicos, por volta do século V a.C., a autonomia para aplicarem a pena capital inexistia, restando somente submeterem os seus réus, nos casos de homicídios, aos tribunais estrangeiros.

A morte de Jesus, a cargo dos Romanos, deixa claro que os judeus não podiam praticar a pena capital pois, apelaram para Pôncio Pilatos, procurador da Judéia, e tiveram que pressioná-lo para condenar Cristo à morte: "Desde, então, Pilatos procurava soltá-lo; mas os judeus clamavam, dizendo: Se soltas a este, não és amigo de César; qualquer que se faz rei é contra César" (Jo 19:12).

Embora, julgado no Sinédrio (Mt 26:57), corte judaica composta por príncipes, sacerdotes, rabinos, escribas, fariseus, Jesus foi conduzido ao pretório, perante Pilatos (Mt 1:1 -2; Lc 23:1), seguido de grande multidão, para pressionar o governo local a condená-Lo à morte (Jo 19:12 e 15).

Por fim, a pena capital não foi aplicada por apedrejamento, mas, por crucificação, que, segundo a lei mosaica, qualquer que fosse pendurado no madeiro, seria maldito de Deus: "Responderam e disseram-lhe: Se este não fosse malfeitor, não to entregaríamos. Disse-lhes, pois, Pilatos: Levai-o vós e julgai-o segundo a vossa lei. Disseram-lhe então os judeus: A nós não nos é lícito matar pessoa alguma. (Para que se cumprisse a palavra que Jesus tinha dito, significando de que morte havia de morrer)" (Jo 18:30-32). "Quando, também, em alguém houver pecado, digno do juízo de morte, e for morto, e o pendurares num madeiro, o seu cadáver não permanecerá no madeiro, mas, certamente, o enterrarás, no mesmo dia; porquanto o pendurado é maldito de Deus; assim, não contaminarás a tua terra, que o SENHOR teu Deus te dá em herança" (Dt 21:22-23).

Decorrente do mandamento 'Não matarás', havia, ainda, a obrigação dos filhos de Israel, de se afastarem do falso testemunho, bem como, de não matarem o inocente e o justo: "De palavras de falsidade te afastarás e não matarás o inocente



e o justo; porque não justificarei o ímpio” (Êx 23:7).

Os filhos de Israel tinham o dever de testemunhar, verazmente, segundo o que viram e ouviram, pois, pela palavra de duas pessoas, uma outra podia ser morta: “Todo aquele que matar alguma pessoa, conforme depoimento de testemunhas, será morto; mas, uma só testemunha, não testemunhará contra alguém, para que morra” (Nm 35:30). “Por boca de duas testemunhas, ou três testemunhas, será morto o que houver de morrer; por boca de uma só testemunha não morrerá” (Dt 17:6; Jo 8:17).

Os filhos de Israel foram alertados para não seguirem a maioria, tomando parte com a maioria, para torcer o direito, o que fizeram quando condenaram a Jesus: “Não seguirás a multidão, para fazeres o mal; nem, numa demanda falarás, tomando parte com a maioria para torcer o direito” (Êx 23:2).

Segundo a lei, a pena capital não podia passar da pessoa do transgressor, ou seja, a alma que pecasse, essa mesma, morreria: “Os pais não morrerão pelos filhos, nem os filhos pelos pais; cada um morrerá pelo seu pecado” (Dt 24:16; Ez 18:4). E, se a pena fosse açoites, a quantidade de açoites não poderia ultrapassar uma quarentena, para o condenado não ser aviltado: “Quarenta açoites lhe fará dar, não mais; para que, porventura, se lhe fizer dar mais açoites do que estes, teu irmão não fique envilecido aos teus olhos” (Dt 25:3).

Tudo o que estava estabelecido na lei servia para preservar os filhos de Israel como povo e de aviso para não participarem da morte de Cristo, no entanto, acabaram torcendo o direito, ao se deixarem guiar por homens inescrupulosos, que se utilizaram de testemunhas mentirosas e entregaram Jesus para ser morto: “Ora, os príncipes dos sacerdotes, os anciãos e todo o conselho, buscavam falso testemunho contra Jesus, para o conduzirem à morte; E não o achavam; apesar de se apresentarem muitas testemunhas falsas, não o achavam. Mas, por fim, chegaram duas testemunhas falsas, e disseram: Este disse: Eu posso derrubar o templo de Deus e reedificá-lo em três dias” (Mt 26:59-61); “E os principais dos sacerdotes e todo o concílio buscavam algum testemunho contra Jesus, para o matar, mas não o achavam. Porque muitos testificavam falsamente contra ele, mas os testemunhos não eram coerentes. E, levantando-se alguns, testificaram falsamente contra ele, dizendo: Nós o ouvimos dizer: Eu derrubarei este templo, construído por mãos de homens e, em três dias, edificarei outro, não feito por mãos de homens” (Mc 14:55-58); “E, LEVANTANDO-SE toda a multidão deles, o

levaram a Pilatos. E começaram a acusá-lo, dizendo: Havemos achado este pervertendo a nossa nação, proibindo dar o tributo a César e dizendo que ele mesmo é Cristo, o rei” (Lc 23:1-2).

Portanto, os filhos de Israel feriram o Justo (Jo 18:22-23), deixaram que fosse açoitado por estrangeiros (Jo 19:1) e, por fim, entregaram-no para ser morto (Jo 19:16; Jo 19:23).

Os escribas e fariseus faziam o que bem entendiam com a lei, como se lê:

“Responderam-lhe os judeus: Nós temos uma lei e, segundo a nossa lei, ele deve morrer, porque se fez Filho de Deus” (Jo 19:7);

“Disse-lhes, pois, Pilatos: Levai-o vós e julgai-o, segundo a vossa lei. Disseram-lhe, então, os judeus: A nós não nos é lícito matar pessoa alguma” (Jo 18:31).

Assim, se cumpriram as Escrituras, que dizem:

“Pode acaso associar-se contigo o trono da iniquidade, que forja o mal, tendo por pretexto uma lei? Eles se ajuntam contra a alma do justo e condenam o sangue inocente” (Sl 94:20 -21).

Não há sociedade entre a justiça e a injustiça e nem entre a luz e as trevas (2Co 6:14), portanto, os homens que exerciam domínio político e religioso em Israel, tendo por base a lei, se uniram contra o Justo e o condenaram.

Vale destacar que, quando Davi estava no deserto de Parã com os seus homens, conviveram com os servos de Nabal, no Carmelo. Os homens de Davi não tomaram nada do rebanho de Nabal e ainda protegeram os servos de Nabal de toda sorte de ataques (1 Sm 25:15-16).

Quando Davi soube que o rico Nabal tosquiava as suas ovelhas, enviou seus servos a Nabal para pedirem, em nome de Davi, que ele concedesse alguma dádiva do que estava à mão. Nabal não mediu as palavras e disse aos servos de Davi: - “Quem é Davi, e quem é o filho de Jessé? Muitos servos há hoje, que fogem ao seu senhor. Tomaria eu, pois, o meu pão, a minha água e a carne das minhas reses, que degolei, para os meus tosquiadores e o daria a homens que eu não sei donde vêm?” (1 Sm 25:10-11).

Quando soube do agravo de Nabal, Davi ordenou aos seus homens que cingissem a espada, deixou duzentos homens cuidando da bagagem e subiram em quatrocentos homens com o propósito de por fim a Nabal e à sua casa: “E disse Davi: Na verdade que, em vão, tenho guardado tudo quanto este tem no deserto e nada lhe faltou de tudo quanto tem e ele me pagou mal por bem. Assim, faça Deus aos inimigos de Davi, e outro tanto, se eu deixar até amanhã de tudo o que tem, até mesmo um menino” (1 Sm 25:21-22).

Abigail, mulher de Nabal, quando soube do agravo que o seu marido fez a Davi, rapidamente tomou consigo presentes e foi ao encontro de Davi. Quando viu a comitiva de Davi, de imediato prostrou-se em terra e avocou para si a transgressão do seu marido.

Apesar de Davi ser um homem de guerra, Abigail foi enviada, por Deus, para que Davi não derramasse sangue e as suas próprias mãos lhe servissem de salvação (1 Sm 25:26). Por Deus, Abigail acentuou a Davi, que ele não foi posto para fazer suas próprias guerras e nem para defender a sua própria honra (1 Sm 25:31).

Embora fosse um homem de guerra, Davi não podia matar para defender a sua honra, assim como qualquer um em Israel não podia. Nabal era um louco, tanto no nome, quanto nas atitudes, conforme o testemunho de Abigail, porém, Davi não tinha o direito de lançar mão da vida de Nabal, da mesma forma que não podia lançar mão de Saul (1 Sm 24:6).

O mandamento: “*Não matarás*”, não comportava exceções! Não podia matar um ungido, bem como, não podia matar qualquer do povo. Os filhos de Israel não podiam matar quem pagasse mal por bem, quanto mais, por inveja: “*Porque sabia que por inveja o haviam entregado*” (Mt 27:18).

## **Metanoia**

Ao lembrar a multidão, acerca do que ouviram da lei (não matarás, não adulterarás,...), Jesus estabeleceu um ponto de apoio à sua exposição, que terá o seu clímax nas questões dos versos 46 e 47: “*Não fazem os cobradores de impostos o mesmo?*”; “*Não fazem os gentios também assim?*”.

Sabedor de que o único argumento que os filhos de Israel escutavam, ao seu

próprio modo, era a lei, Jesus lembra aos seus ouvintes alguns mandamentos da lei para poder evidenciar a impossibilidade de alcançarem justiça superior à dos seus líderes, por meio das práticas que, por tradição, receberam dos seus pais.

Jesus precisava operar nos seus ouvintes, uma revolução no modo de interpretar (metanoia) a Lei, os Profetas e os Salmos, entretanto, não podia dizer a sua mensagem abertamente, assim como o apóstolo Paulo, quando escreveu aos Gálatas: *“E é evidente que, pela lei, ninguém será justificado diante de Deus, porque o justo viverá da fé”* (Gl 3:11).

O apóstolo Paulo disse, abertamente, aos da sinagoga de Antioquia da Pisídia, que, pela lei de Moisés, não podiam ser justificados: *“E de tudo o que, pela lei de Moisés, não pudestes ser justificados, por ele é justificado todo aquele que crê”* (At 13:39). Jesus Cristo, por sua vez, tinha que evidenciar essa verdade, por meio de parábolas e enigmas.

Lembrando Jesus não podia dizer abertamente: - *“Eu sou o Cristo”*, e por isso mesmo proibia aos seus discípulos que anunciassem que Ele era o Cristo (Mt 16:20), isto porque os filhos de Israel deviam identifica-Lo como o Cristo por intermédio da sua doutrina (Jo 7:16 -17).

Quando Jesus apresenta a necessidade de adquirir justiça superior à dos escribas e fariseus, na verdade, evidencia a fraqueza e a inutilidade da lei, para aquilo que os filhos de Israel pretendiam: direito a entrar no reino dos céus (Hb 7:18; Gl 4:9).

A lei é proveitosa, porque evidencia a condição dos homens e anuncia bem-aventurança a todas as famílias da terra, através do descendente de Abraão, não pelos rudimentos fracos e pobres que os seus seguidores abstraíram, como *‘guardar dias, meses, tempos e anos’*, ou ordenanças, que tem por base *‘não toques, não proves, não manuseies’* (Cl 2:21).

O que a multidão ouviu, acerca do que foi dito por Deus aos antigos (Êx 20:1 e 22), somado ao que Jesus estava propondo, compunha os elementos necessários para que os seus ouvintes considerassem que tudo o que faziam, tendo por pretexto a lei de Moisés, os gentios e os publicanos, igualmente, faziam o mesmo. Como os filhos de Israel faziam o mesmo que os gentios e publicanos, Jesus introduz algumas questões para considerarem: - *“Eu, porém, vos digo...”* (Mt 5:22).

Os ouvintes de Jesus estavam acostumados com o ensinamento de que não poderiam ser (roubadores, injustos e adúlteros) como os demais homens (gentios), nem mesmo como os publicanos (judeus, cobradores de impostos para Roma). Também não bastava ser judeu ou prosélito, antes eram necessárias as práticas de jejuns, dízimos, etc. [“O fariseu, estando em pé, orava consigo desta maneira: Ó Deus, graças te dou porque não sou como os demais homens, roubadores, injustos e adúlteros; nem ainda como este publicano. Jejuo duas vezes na semana e dou os dízimos de tudo quanto possuo”](#) (Lc 18:11-12).

As observações: ‘Que recompensa tereis? Que fazeis de mais? Não fazem os publicanos o mesmo? Não fazem os gentios, também, assim?’ remontam ao que foi dito pelo apóstolo Paulo aos cristãos em Roma:

[“PORTANTO, és inescusável quando julgas, ó homem, quem quer que sejas, porque te condenas a ti mesmo naquilo em que julgas a outro; pois tu, que julgas, fazes o mesmo”](#) (Rm 2:1).

Jesus frisou à multidão: - *‘Ouvistes o que foi dito aos antigos...’*, em vez de: - *‘Praticais o que foi dito aos antigos’*, o que remete à observação paulina:

[“Porque os que ouvem a lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados”](#) (Rm 2:13).

Como obteriam justiça superior aos escribas e fariseus, se eram somente ouvintes da lei? Como teriam direito a entrar no reino dos céus, se praticavam as mesmas ações que os gentios (demais homens) e cobradores de impostos? Apesar de os gentios não terem lei, naturalmente, faziam as mesmas coisas que eram da lei!

[“Porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem, naturalmente, as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei; Os quais mostram a obra da lei escrita em seus corações, testificando, juntamente, a sua consciência e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os”](#) (Rm 2:13-15).

Jesus precisava fazer a multidão entender que eram transgressores da lei, tanto eles, quanto os seus mestres, pois o ensinamento dos seus mestres resumia-se em proibir matar, roubar, furtar, adulterar, etc. [“Tu, pois, que ensinas a outro, não te ensinas a ti mesmo? Tu, que pregas que não se deve furtar, furtas? Tu, que dizes que não se deve adulterar, adulteras? Tu, que abominas os ídolos, cometes](#)

sacrilégio? Tu, que te glorias na lei, desonras a Deus, pela transgressão da lei? Porque, como está escrito, o nome de Deus é blasfemado entre os gentios, por causa de vós” (Rm 2:21-24); “E testificaste contra eles, para que voltassem para a tua lei; porém eles se houveram soberbamente e não deram ouvidos aos teus mandamentos, mas pecaram contra os teus juízos, pelos quais o homem que os cumprir viverá; viraram o ombro, endureceram a sua cerviz e não quiseram ouvir” (Ne 9:29).

Observe que o Sermão tem por alvo a multidão composta por judeus, pessoas que precisavam compreender que o reino de Deus estava no meio deles e, que, portanto, a argumentação de que tinham por pai a Abraão, não era válida. Que a vantagem, em relação aos gentios, de ser confiada, primeiramente, a palavra de Deus aos judeus (circuncisão), de modo algum tornava os da circuncisão melhores que os gentios, pois a lei que os judeus tinham como forma da ciência e da verdade, realizava um papel inclusivo, demonstrando que os judeus também eram pecadores (Rm 3:1-31).

O maior dos equívocos, acerca do Sermão do Monte, é entender que Jesus estabeleceu um novo código moral ou um novo padrão de conduta que os seus discípulos deveriam seguir.

Observe esta colocação, que consta do Novo Comentário Bíblico do Novo Testamento:

*“Arrependei-vos, porque é chegado o Reino dos céus. Esse foi o clamor de Jesus, ao iniciar Seu ministério público na Galileia (Mt 4.17). Sua mensagem rapidamente se espalhou e grandes multidões vieram ouvi-lo da Galileia, de toda Síria e de Decápolis e, também, de Jerusalém, da Judéia e além do rio Jordão (Mt 4.24,25). Todos iam a Ele para ouvir sobre o Reino; Jesus, em vez disso, falava sobre o estilo de vida daqueles que queriam viver no Reino. O Sermão do Monte contém a essência do ensinamento moral e ético de Jesus”.* O Novo Comentário Bíblico do Novo Testamento, com Recursos Adicionais — A Palavra de Deus ao alcance de todos. Editores Earl Radmacher, Ronald B. Allen e H. Wayne House, Rio de Janeiro, 2010, pág. 27.

Os editores do ‘O Novo Comentário Bíblico do Novo Testamento’, inicialmente, destacaram a mensagem de Jesus, no início do seu ministério: *‘Arrependei-vos,*

porque é chegado o Reino dos céus'. Em seguida, destacam que a mensagem de Jesus se espalhou, rapidamente, e grandes multidões o procuravam. Até esse ponto, a abordagem dos editores do comentário bíblico, em questão, está correta.

O problema está na assertiva de que todos queriam ouvir Jesus sobre o Reino, pois o texto bíblico não diz assim. Observe:

“E percorria Jesus toda a Galileia, ensinando nas suas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando todas as enfermidades e moléstias entre o povo. E a sua fama correu por toda a Síria e traziam-lhe todos os que padeciam, acometidos de várias enfermidades e tormentos, os endemoninhados, os lunáticos e os paralíticos e ele os curava. E seguia-o uma grande multidão da Galileia, de Decápolis, de Jerusalém, da Judéia e de além do Jordão” (Mt 4:23-25).

O interesse das multidões estava nas curas que Jesus operava e os editores do ‘O Novo Comentário’ inferiram que as multidões estavam interessadas em ouvir sobre o reino. Em seguida, afirmam que Jesus *‘falava sobre o estilo de vida daqueles que queriam viver no Reino’*, o que não condiz com o exposto nos Evangelhos.

No Sermão do Monte, Jesus não estava propondo um estilo de vida aos seus ouvintes e nem abordando questões de cunho moral e ético. Até porque, o que foi dito no Sermão do Monte não se constitui uma regra de conduta para a igreja de Cristo, antes, são argumentos que visavam mudar a concepção dos judeus, para que cressem em Cristo.

Não encontramos nos Evangelhos Jesus orientando os seus discípulos acerca de questões éticas e morais, até porque, para os cristãos, tudo é lícito, ressalvado o que não é conveniente e o que não edifica: *“Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas edificam”* (1 Co 10:23).

No Novo Testamento, não temos ordenanças e mandamentos, mas, recomendações, orientações, como se lê:

“Porquanto, ouvimos que alguns que saíram dentre nós vos perturbaram com palavras e transtornaram as vossas almas, dizendo que deveis circuncidar-vos e guardar a lei, não lhes tendo nós dado mandamento” (At



15:24); “Recomendando-nos somente que nos lembrássemos dos pobres, o que também procurei fazer com diligência” (Gl 2:10).

‘Estilo de vida’ é uma expressão moderna que se refere à forma pela qual uma pessoa ou, um grupo de pessoas, se porta no mundo e, em consequência, faz suas escolhas. O evangelho de Cristo não trata do comportamento ou das escolhas que as pessoas fazem no seu cotidiano, antes, se restringe em revelar Deus ao mundo: “Deus nunca foi visto por alguém. O Filho unigênito, que está no seio do Pai, esse o revelou” (Jo 1:18).

Questões éticas e morais decorrem de julgamentos segundo o que é aparente e Jesus não julgava segundo as aparências: “E deleitar-se-á no temor do SENHOR; e não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir dos seus ouvidos” (Is 11:3).

*“O ensino de Jesus era de que o ser humano não será julgado, apenas, por suas ações, mas sim, e ainda mais, por seus desejos, embora jamais tenham chegado a transformar-se em ação. Segundo as pautas morais do mundo, uma pessoa é boa se não cometer ações proibidas; o mundo não tem interesse em julgar os pensamentos. Segundo a pauta moral que Jesus propõe, ninguém pode ser considerado bom, a menos que jamais deseje fazer o proibido; Jesus Se interessa, profundamente, pelos pensamentos humanos. Disto surgem três coisas”.* Barclay, William. Comentário do Novo Testamento.

Barclay afirma que a pauta moral de Jesus é proibir pensamentos e desejos, acerca do que era vetado na lei. Ora, Jesus não impôs proibições à multidão, antes, Ele veio salvar o que se havia perdido, tanto que Ele não julgava os seus interlocutores: “E se alguém ouvir as minhas palavras e não crer, eu não o julgo; porque eu vim, não para julgar o mundo, mas para salvar o mundo” (Jo 12:47); “Vós julgais segundo a carne; eu, a ninguém julgo” (Jo 8:15).

Seria um contrassenso impor restrições comportamentais a quem já foi julgado e está sob condenação - condição própria a todos os homens - pois nenhuma conduta adotada por um condenado pode livrá-lo da pena: “Pois, assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação...” (Rm 5:19).

Os ouvintes de Jesus foram ensinados que não eram pecadores por serem descendentes da carne e do sangue de Abraão. No entanto, como os da promessa

é que são contados como descendência de Abraão (Rm 9:8-9), os ouvintes de Jesus eram pecadores, por serem descendentes da carne e do sangue de Adão, assim como Ismael, o filho da escrava Agar.

O julgamento e a condenação da humanidade ocorreram no Éden e lá todos foram apenados com a morte: destituição da glória de Deus. Dessa penalidade não há o que o homem faça ou deixe de fazer, pense ou deixe de pensar, queira ou deixe de querer que o absolva da condenação (Jo 3:18).

O julgamento das obras no Tribunal do Grande Trono Branco visa às ações dos homens, não pensamentos e desejos, assim como o julgamento dos salvos no Tribunal de Cristo: “E vi os mortos, grandes e pequenos, que estavam diante de Deus e abriram-se os livros; e abriu-se outro livro, que é o da vida. E os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras” (Ap 20:12).

Na verdade, quando Jesus evoca o que a multidão ouvia acerca dos assassinatos, adultérios, perjúrios, etc., simplesmente, era para destacar que os escribas e fariseus nada faziam de extraordinário, pois os publicanos, que eram tidos por eles como pecadores, igualmente não matavam, não adulteravam, não cometiam perjúrio, etc.

Zaqueu é um exemplo, pois como chefe dos publicanos e sendo rico, demonstrou ser íntegro, pois propôs devolver quadruplicado qualquer ganho ilícito, caso houvesse defraudado alguém sem perceber, segundo o que estabelecia a lei, além das contribuições que fazia aos pobres.

Isto demonstra que Zaqueu não era corrupto, pois se os seus bens fossem oriundos de corrupção, não teria como devolver o que defraudou quadruplicado: “E, levantando-se Zaqueu, disse ao Senhor: Senhor, eis que eu dou aos pobres metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado alguém, o restituo quadruplicado” (Lc 19:8).

Os versos 21 a 45, do capítulo 5, de Mateus, devem ser vistos sob o argumento que segue:

“Pois, se amardes os que vos amam, que galardão tereis? Não fazem os publicanos, também, o mesmo? E, se saudardes, unicamente, os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos, também, assim?” (Mt

5:46-47).

Esse princípio também foi abordado pelo evangelista Lucas, pois é uma espécie de ‘alavanca’ que visa promover a mudança de concepção (metanoia) dos judeus que ouviam o discurso de Jesus.

“E se amardes aos que vos amam, que recompensa tereis? Também, os pecadores amam aos que os amam. E se fizerdes bem aos que vos fazem bem, que recompensa tereis? Também, os pecadores fazem o mesmo. E se emprestardes àqueles de quem esperais tornar a receber, que recompensa tereis? Também, os pecadores emprestam aos pecadores, para tornarem a receber outro tanto” (Lc 6:32-34).

Quem eram os publicanos? Eram judeus a serviço de Roma que exerciam o ofício de cobrar impostos dos seus patrícios. Aos olhos da multidão, os publicanos eram pecadores e Jesus utilizou a figura, justamente, dos publicanos, para ilustrar algumas parábolas, como a ‘Parábola do Fariseu e do Publicano’, a ‘Parábola dos dois filhos’ e a ‘Parábola da Ovelha Perdida’.

Como é possível às meretrizes e aos publicanos terem direito ao reino dos céus e os príncipes dos sacerdotes e os anciãos do povo, não?

“Qual dos dois fez a vontade do pai? Disseram-lhe eles: O primeiro. Disse-lhes Jesus: Em verdade, vos digo, que os publicanos e as meretrizes entram adiante de vós no reino de Deus” (Mt 21:31).

A mensagem do Sermão do Monte possui o seguinte viés: mudar a concepção dos seus ouvintes, para que façam a vontade de Deus, pois somente os que fazem a vontade de Deus são irmãos e mãe de Jesus: “Mas, respondendo ele, disse-lhes: Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a palavra de Deus e a executam” (Lc 8:21).

## Irmão

“22 Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo; e qualquer que disser a seu irmão: Raca, será réu do sinédrio; e qualquer que lhe disser: Louco, será réu do

fogo do inferno.

23 Portanto, se trouxeres a tua oferta ao altar e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti,

24 Deixa ali, diante do altar, a tua oferta e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão e, depois, vem e apresenta a tua oferta.

25 Concilia-te, depressa, com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz e o juiz te entregue ao oficial e te encerrem na prisão.

26 Em verdade te digo que, de maneira nenhuma, sairás dali, enquanto não pagares o último ceutil” (Mt 5:22-26).

Antes de prosseguir, o leitor precisa lembrar-se de uma passagem profética de Deuteronomio:

“O SENHOR teu Deus te levantará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, como eu; a ele ouvireis” (Dt 18:15).

Vale destacar que o apóstolo Pedro aplica a passagem de Deuteronomio à pessoa de Cristo, o irmão ‘escolhido’, dentre os filhos de Israel:

“Porque Moisés disse aos pais: O Senhor vosso Deus levantará de entre vossos irmãos um profeta semelhante a mim; a ele ouvireis em tudo quanto vos disser” (At 3:22).

Faz-se necessário lembrar que os métodos de ensino, ou a didática, na antiguidade, difere muito da didática dos nossos dias, que é carregada de definições e conceitos. Um método de ensino da antiguidade era a dialética, no qual o papel do instrutor consistia mais em perguntar e inquirir, do que responder ou, contestar, o aprendiz. Outro, o método maiêutico, era baseado na ironia e no diálogo, etc.

Na matemática, por causa dos ‘operadores lógicos’ ou, ‘conectivos lógicos’, é possível estabelecer uma prova por ‘contradição’ ou ‘redução ao absurdo’, do latim ‘reductio ad absurdum’[\[2\]](#).

Como operar uma mudança de concepção em um povo que se julgava superior aos gentios, por tere uma lei? Negando a lei? Não! Como a lei é santa e o mandamento santo, justo e bom (Rm 7:12), seria necessário enfatizá-la, pois, ela foi introduzida para mudar a concepção dos judeus, para que eles viessem a Cristo. Mas, como a lei se tornou frágil, enferma por causa da carne (Gl 3:24; Rm 8:3), que método de ensino utilizar para operar essa mudança de concepção?

Um método de ensino é lançar mão do absurdo, de uma situação inusitada, ou, do impossível, estabelecendo como base para evidenciar a contradição do pensamento dos recalcitrantes.

Comparando o que Jesus disse aos seus ouvintes: “Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo...” (Mt 5:22), com o que foi prescrito aos antigos: “Não matarás e, quem matar, estará sujeito a julgamento” (Mt 5:21), percebe-se, pela penalidade, que Cristo equiparou o ato de matar alguém, ao sentimento de ira contra um irmão.

A proporcionalidade da pena, em relação às ações, matar e encolerizar, deixa evidente que a proposta de Cristo não era normatizar comportamentos e nem estabelecer princípios éticos e morais. A discrepância entre as penalidades e as ações, tem por objetivo evidenciar uma verdade, como a que foi exposta por Isaías:

“Quem mata um boi é como o que tira a vida a um homem; quem sacrifica um cordeiro é como o que degola um cão; quem oferece uma oblação é como o que oferece sangue de porco; quem queima incenso em memorial, é como o que bendiz a um ídolo; também, estes, escolhem os seus próprios caminhos e a sua alma se deleita nas suas abominações” (Is 66:3).

O que Isaías estava evidenciando? Um novo princípio moral? Uma nova lei? Não! Ele estava destacando o absurdo de alguém que se propõe a oferecer um sacrifício, mas rejeita a palavra de Deus.

Ao comparar quem mata um boi a quem tira a vida de um homem, o profeta Isaías estava evidenciando a gravidade das ações de quem não obedece a Deus, para seguir os seus próprios desígnios: “Estendi as minhas mãos o dia todo a um povo rebelde, que anda por caminho que não é bom, após os seus pensamentos” (Is 65:2); “Contudo o meu povo se tem esquecido de mim, queimando incenso à vaidade, que o fez tropeçar nos seus caminhos e nas veredas antigas, para que

[andasse por veredas afastadas, não aplainadas”](#) (Jr 18:15).

Um exemplo de absurdo, vemos em Saul, que não obedeceu à ordem de Deus, sob o argumento de que iria sacrificar ao Senhor (1 Sm 15:15). Ao escolher seguir o seu próprio conselho, Saul estava se portando como quem mata um homem ou como quem ofereceu um porco sobre o altar.

Os gentios e os publicanos – considerados pecadores, pela multidão – não matavam, para não serem réus de juízo, e os ouvintes do Sermão da Montanha, por sua vez, não matavam, para não serem, igualmente, réus de juízo e, com isso, esperavam ser recompensados por Deus.

Dessa falta de coerência no pensamento dos judeus, decorre a argumentação de Jesus, no final do capítulo: que recompensa tereis, se os pecadores, também, não matam, para não serem réus de juízo? Que fazeis, demais?

Como os ouvintes de Jesus não estavam utilizando a lei de forma legítima, a proposta de Jesus visava ‘abrir os ouvidos’ dos seus ouvintes, para que pudessem entender qual o objetivo da lei de Deus: [“Porque este é um povo rebelde, filhos mentirosos, filhos que não querem ouvir a lei do SENHOR”](#) (Is 30:9).

Quando Jesus anunciou: [“Eu, porém, vos digo que qualquer que...”](#), propõe ações à multidão que superasse o que os gentios e publicanos faziam e muitas dessas ações propostas soam como absurdo. Quem, em sã consciência, arrancaria os olhos para não ser réu do fogo do inferno?

Se os filhos de Israel pensavam que eram melhores que os gentios e publicanos, a pretexto da lei, no mínimo, teriam que temer, serem conduzidos ao tribunal, quando ficassem zangados com o irmão, diferentemente, dos gentios e publicanos, que temiam ser conduzidos ao tribunal, em caso de homicídio.

Jesus introduz essa proposta, porque havia acabado de exigir dos seus ouvintes uma justiça que suplantasse à dos seus líderes religiosos e, ao lembrar o que fora dito aos antigos, através da lei, propõe um comportamento que suplantasse o exigido pela letra da lei, como sugestão, para alcançarem justiça superior à dos escribas e fariseus.

Seria contraproducente intentar alcançar uma justiça que excedesse à dos escribas e fariseus, fazendo somente o que fora dito aos antigos, ou fazendo o que

os gentios também faziam, principalmente, porque os gentios faziam as mesmas coisas que os judeus, mesmo não tendo lei.

A proposta de Jesus visava a uma mudança de concepção, demonstrando à multidão a impossibilidade de se justificar, através das exigências da lei: **“Sabendo que o homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé em Jesus Cristo, temos também crido em Jesus Cristo, para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da lei; porquanto, pelas obras da lei, nenhuma carne será justificada”** (Gl 2:16).

Jesus agravou as exigências da lei, para que os seus ouvintes entendessem que nada faziam que fosse superior ao que era feito pelos pecadores, se tão somente fossem ouvintes do que foi dito aos antigos (Rm 2:13).

Seguem as propostas de Jesus:

- qualquer que se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo;
- qualquer que disser a seu irmão: Raca, será réu do sinédrio;
- qualquer que lhe disser: Louco, será réu do fogo do inferno.

Algumas Bíblias contém uma interpolação: ‘sem motivo’, na proposta de Jesus: ‘qualquer que [sem motivo], se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo’, que não há nos melhores manuscritos, tentando suavizar a exigência de Jesus, pois leem o texto como se fosse uma prescrição de comportamento, mas, a abordagem de Jesus é mais profunda ainda.

Primeiro, Jesus evidencia o que ouviram acerca do que foi dito aos antigos: **“Não matarás. Mas, qualquer que matar, será réu de juízo”**. Em segundo lugar, Ele enfatiza que: **“Qualquer que se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo”**.

Por que Jesus insere a figura do ‘irmão’ na sua abordagem? Por que Jesus chama a atenção dos seus ouvintes para o elemento ‘carne’ e ‘sangue’, que estabelecem os laços fraternos?

Ao trazer à memória o que foi dito aos antigos, Jesus estava apontando para os escritos de Moisés, onde também está registrado que Deus haveria de levantar um profeta do meio dos filhos de Israel, assim como Moisés, a quem deveriam ouvir:

**“Eis lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu, e porei as**



minhas palavras na sua boca e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar” (Dt 18:18);

Historicamente, os filhos de Jacó não aceitavam bem o fato de um dos seus irmãos ser profeta ou sonhador de sonhos, como ocorreu com José do Egito, um tipo de Cristo: “Vendo, pois, seus irmãos que seu pai o amava mais do que a todos eles, odiaram-no, e não podiam falar com ele, pacificamente. Teve José um sonho, que contou a seus irmãos; por isso o odiaram ainda mais” (Gn 37:4-5; Mt 2:15).

Qualquer dos ouvintes de Jesus que quisesse justiça superior à dos escribas e fariseus, deveria aceitar a doutrina de Cristo, portanto, não podia temer os escribas e fariseus, não ser afeito à glória de homens e nem se escandalizar com a doutrina de Jesus “Apesar de tudo, até muitos dos principais creram nele; mas não o confessavam por causa dos fariseus, para não serem expulsos da sinagoga. Porque amavam mais a glória dos homens do que a glória de Deus” (Jo 12:42-43).

Neste diapasão, os ouvintes de Jesus deveriam confessar a Cristo, o ‘irmão’ anunciado por Moisés - Aquele a quem deviam ouvir -, ou então, estariam se posicionando como opositores (adversários) de Cristo: “Eis que lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu, e porei as minhas palavras na sua boca e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar” (Dt 18:18); “Porque o filho despreza ao pai, a filha se levanta contra sua mãe, a nora contra sua sogra, os inimigos do homem são os da sua própria casa” (Mq 7:6); “Portanto, qualquer que me confessar diante dos homens, eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus. Mas qualquer que me negar diante dos homens, eu o negarei, também, diante de meu Pai, que está nos céus. Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada; Porque eu vim pôr em dissensão o homem contra seu pai, a filha contra sua mãe e a nora contra sua sogra; E assim os inimigos do homem serão os seus familiares” (Mt 10:32-36).

A exigência de Jesus, com relação à ira, parece ser muito alta, porém, os seus irmãos não suportavam a abordagem que Cristo fazia das Escrituras e, várias vezes, foram tomados pela ira: “E todos, na sinagoga, ouvindo estas coisas, se encheram de ira” (Lc 4:28).

E a ordem: “Irai-vos e não pequeis” (Ef 4:26), não é contrária ao posicionamento de Jesus?

O Salmo 4, verso 4, diz: “Perturbai-vos e não pequeis; falai com o vosso coração

sobre a vossa cama e calai-vos”. Algumas traduções vertem: Irai-vos e não pequeis. O termo hebraico יָרָג, transliterado ragaz, comumente vertido por ‘irai’ ou, ‘perturbai’, na verdade, deveria ser vertido por ‘tremei’, significando ‘obedeça’.

O sentido do termo é semelhante ao empregado nestes versos: “Ouvi a palavra do SENHOR, os que tremeis da sua palavra” (Is 66:5); “Servi ao SENHOR com temor, e alegrai-vos com tremor” (Sl 2:11); “Vinde, meninos, ouvi-me; eu vos ensinarei o temor do SENHOR” (Sl 34:11).

Após recomendar que se deixe a mentira e que se fale a verdade, cada qual com o seu próximo, conforme expresso pelo profeta Zacarias (Ef 4:25; Zc 8:16), o apóstolo Paulo ordena aos cristãos que obedeçam (tremei), pois estas eram as coisas a serem observadas para não pecarem.

Como a pessoa poderia ser réu do Sinédrio, somente por nomear o seu irmão de ‘raca’? O termo ‘raca’ pode ser entendido como imprestável, desprezível, vil, baixo, etc., termo de origem semita, transliterado para o grego.

Ora, a profecia apontava para o Cristo como ‘desprezado e o mais indigno dos homens’ (Is 53:3), portanto, era de se ter cuidado, pois ao desprezar algum irmão, chamando-o de ‘raca’, pois, poderia estar desprezando o ‘Servo’ do Senhor - o profeta anunciado por Moisés, que seria levantado, dentre os filhos de Jacó, do qual estava escrito que os filhos de Israel não fariam caso algum: “QUEM deu crédito à nossa pregação? E a quem se manifestou o braço do SENHOR? Porque foi subindo como renovo perante ele e como raiz de uma terra seca; não tinha beleza, nem formosura e, olhando nós para ele, não havia boa aparência nele, para que o desejássemos. Era desprezado e o mais rejeitado entre os homens, homem de dores e experimentado nos trabalhos; e, como um de quem os homens escondiam o rosto, era desprezado e não fizemos dele caso algum” (Is 53:1-3).

Jesus enfatiza que, qualquer que chamasse o irmão de ‘louco’, seria réu do fogo do inferno. Como entender o fato de Jesus orientar os seus ouvintes, para não chamarem a um irmão de louco, para não estarem sujeitos ao fogo do inferno, mas, Jesus, por sua vez, chama os escribas e fariseus de ‘insensatos’, em outras palavras, de ‘loucos’?

Há uma diferença gritante entre os escribas e Cristo. Cristo julgava segundo a

reta justiça, enquanto que os escribas e fariseus julgavam segundo a aparência e a carne: “Não julgueis segundo a aparência, mas julgai segundo a reta justiça” (Jo 7:24).

Segundo o estabelecido nas Escrituras, Jesus a ninguém julgava (Jo 8:15; Is 11:3). Quando Jesus chamou os escribas e fariseus de ‘loucos’, simplesmente, apontou para as Escrituras, que nomeavam de loucos e néscios, àqueles que se alimentavam do povo de Israel, como se fosse pão (Sl 53:1-4). Como os escribas e fariseus eram obreiros da iniquidade, ‘néscios’, era a condição deles diante de Deus e, por isso, Jesus os denominava ‘loucos’, como o fez Moisés (Dt 32:6).

O povo de Israel era louco e ignorante, um julgamento que consta nas Escrituras, portanto, nomeá-los de ‘loucos’, em função das Escrituras, é julgar segundo a reta justiça, não segundo a aparência: “Deveras, o meu povo está louco, já não me conhece; são filhos néscios e não entendidos; são sábios para fazer mal, mas não sabem fazer o bem” (Jr 4:22).

Ora, se, alguém dentre os filhos de Jacó, fosse levantado como profeta e deveria ser ouvido, cada membro da nação deveria ter o seu irmão em honra, pois qualquer um deles poderia ser o Cristo. Se observassem as profecias, não rejeitariam àquele que era desprezado do povo e opróbrio dos homens: “Mas, eu sou verme e não homem, opróbrio dos homens e desprezado do povo” (Sl 22:6; Is 53:3).

Mas, caso os ouvintes de Jesus tivessem essa disposição de nunca ficarem irados, de esbravejarem ou, de falarem mal do próprio irmão, quando, em particular, fossem ofertar e se lembrassem, junto ao altar, que o ‘irmão’ tinha algo em seu desfavor, que deixassem a oferta junto ao altar e fossem se reconciliar com o seu irmão.

“Mas ao ímpio, diz Deus: Que fazes tu, em recitar os meus estatutos, e em tomar a minha aliança na tua boca? Visto que odeias a correção e lanças as minhas palavras para detrás de ti. Quando vês o ladrão, consentes com ele e tens a tua parte com adúlteros. Soltas a tua boca para o mal e a tua língua compõe o engano. Assentas-te a falar contra teu irmão; falas mal contra o filho de tua mãe!” (Sl 50:16-20).

Perceba que não é o ofertante que tem algo contra o irmão, antes, o irmão que tem algo contra o ofertante e, mesmo assim, o ofertante deveria ter a capacidade

magnânima de buscar a reconciliação, mesmo que não tivesse algo contra o irmão.

Jesus propõe que o ônus da reconciliação não fique a cargo de quem ofendeu, mas, que compete ao 'ofendido' se retratar, portanto, essa seria uma atitude mais nobre e diferente da atitude dos gentios e pecadores ou, o significado do termo 'ofendido', deve ser revisto.

O termo grego traduzido por 'reconciliar' é διαλλάσσομαι, transliterado diallassómai, possui o sentido de 'mudar a mente de qualquer pessoa', 'mudar completamente (mentalmente) para conciliar', o que remete ao arrependimento, a mesma ideia do termo grego μετανοέω, transliterado metanoeó.

Devemos questionar: Por que Jesus não impôs a obrigação de o irmão, que tinha algo desfavorável, vir se retratar? Ora, Jesus queria dar a entender aos seus ouvintes que Ele era o irmão levantado dentre os filhos de Israel como profeta, segundo o que foi dito a Moisés, para mudar a mente dos seus irmãos.

Não era o Servo do Senhor, o opróbrio dos homens e desprezado do povo, que deveria se 'reconciliar' com os filhos de Israel, mas, sim, os filhos de Israel que deveriam se reconciliar com Ele. É certo que o profeta anunciado por Moisés, o irmão levantado dentre os filhos de Israel, estaria corretíssimo na sua colocação, portanto, cabe aos irmãos ofertantes, se 'retratarmos', ou seja, mudarem de concepção, completamente, aceitando o proposto por Ele: **[“Eis, lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu, e porei as minhas palavras na sua boca e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar”](#)** (Dt 18:18).

O termo grego μνάομαι<sup>[3]</sup>, transliterado mnaomai, comumente traduzido por 'recordar', 'lembrar', também possui a forma prolongada μιμνησκω, transliterada mimnesko. O termo μναομαι não tem o sentido de 'recordar de algo que se esqueceu', antes, de 'recordar de', de 'fazer-se lembrar', de 'ter na lembrança', de 'fixo na mente'.

Quando o ofertante chegasse junto ao altar e, aquilo que ouviu do Cristo estivesse fixo na mente, ter na lembrança, não conseguisse esquecer, que deixasse a oferta no altar e retornasse e se 'conciliasse' com o irmão (Mt 5:23).

O que o irmão tem que é expresso pelo termo διαλλάσσομαι não é resultado de uma briga, desavença, inimizade, antes é algo que pode mudar a mente, a

compreensão. Na verdade, quando o ofertante estivesse diante do altar e viesse à mente a compreensão do ensino dado pelo irmão, que deixasse a oferta no altar e se reconciliasse depressa com Ele.

Caso os ouvintes de Jesus não percebessem a nuance do discurso, com relação à possibilidade de estarem contrariando aquele irmão que seria levantado por Deus, em meio aos filhos de Israel, conforme predito por Moisés, o argumento a seguir deveria se considerado:

*“Pois, se amardes os que vos amam, que galardão tereis? Não fazem os publicanos também o mesmo? E, se saudardes, unicamente, os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos, também, assim?” (Mt 5:46-47).*

Jesus encerra a abordagem, acerca do que ouviram que foi dito aos antigos, de modo a levá-los a considerar o seguinte:

*“Pois, se reconciliardes com quem buscou a reconciliação, que galardão tereis? Não fazem os publicanos, também, o mesmo? E, se esperardes quem vos ofendeu, que venha a se reconciliar, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos também assim?”*

Devemos ter em mente que, em relação à carne e ao sangue, os judeus eram irmãos de Jesus, mas, com relação à doutrina, eram ‘adversários’. Com relação à carne e ao sangue, Jesus veio para o que era Seu, mas, com relação à doutrina, os seus irmãos se escandalizaram (não O receberam): *“Veio para o que era seu, mas os seus não o receberam”* (Jo 1:11); *“E assim os inimigos do homem serão os seus familiares”* (Mt 10:36; Mq 7:6).

Para compreender a afirmação acima, vale destacar o evento em que Jesus entrou no templo e expulsou todos os que vendiam e compravam e derrubou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombas. Em seguida, Jesus operou sinais e maravilhas, curando cegos e coxos e as crianças que ali estavam, passaram a dizer: - *‘Hosana ao Filho de Davi’* (Mt 21:12-16).

Os escribas e fariseus, ao ouvirem a confissão das crianças, dentro do templo, indignaram-se. Foi quando questionaram Jesus, dizendo: - “Ouves o que estes dizem?”. Eles não aceitavam que o Jesus de Nazaré fosse o Filho de Davi, portanto, Filho de Deus, sacerdote e rei de Israel.

Os escribas e fariseus queriam que Jesus repreendesse as criancinhas para que parassem de dizer 'Hosana ao filho de Davi'. Eles não suportavam ouvir as criancinhas clamando por misericórdia ao Filho de Davi.

Do mesmo modo que queriam que os cegos, à beira do caminho, se calassem por gritarem por misericórdia ao Filho de Davi, os escribas e fariseus estavam indignados por ouvirem as crianças dizerem: *"Salva-nos agora, ó Tu que habitas nas maiores alturas"*, *"Salva-nos, te imploramos"*, ou seja, as crianças estavam apontando para Cristo, como sendo o Senhor do Salmo 118, verso 25.

*"Salva-nos, agora, te pedimos, ó SENHOR; ó SENHOR, te pedimos, prospera-nos. Bendito aquele que vem em nome do SENHOR; nós vos bendizemos desde a casa do SENHOR"* (Sl 118:25-26).

Foi quando Jesus respondeu, utilizando o Salmo 8, verso 2:

*"E Jesus lhes disse: Sim; nunca lestes: Pela boca dos meninos e das criancinhas de peito, tiraste o perfeito louvor?"* (Mt 21:16).

Nesta previsão, o salmista registra que as crianças estavam clamando ao Filho de Davi misericórdia, para calarem os adversários de Cristo, ou seja, os inimigos que, nesse evento, tratavam-se dos escribas e dos fariseus.

*"Tu ordenaste força, da boca das crianças e dos que mamam, por causa dos teus inimigos, para fazer calar ao inimigo e ao vingador"* (Sl 8:2).

O termo grego ἀντίδικος[4] transliterado antidikos, traduzido por adversário, possui o significado de oponente, inimigo, adversário. Já no Antigo Testamento, o termo צָרָר transliterado tsarar, pode se referir a um inimigo pessoal, como expresso na lei: *"Se encontrares o boi do teu inimigo ou o seu jumento, desgarrado, sem falta lhe reconduzirás"* (Êx 23:4), mas, também, foi utilizado pelos profetas para descrever os opositores de Cristo.

Os adversários, os inimigos do Filho do homem, eram os seus próprios familiares, pois não O compreendiam e com Ele se escandalizavam: *"Sabendo, pois, Jesus, em si mesmo, que os seus discípulos murmuravam disto, disse-lhes: Isto escandaliza-vos?"* (Jo 6:61).

Alcançar justiça superior à dos escribas e dos fariseus, por meio das obras da lei,

é impossível, ao que Jesus propõe, por parábola, a qualquer que se opusesse a Ele, rejeitando a sua doutrina, o que se segue:

“Sê disposto para com o teu adversário...”, ou “Concilia-te, depressa, com o teu adversário...” (Mt 5:25).

Enquanto a proposta comportamental do cristão é de ter paz com todos os homens, se possível, Jesus orienta a multidão, através do Sermão da Montanha, que fossem dispostos para com o adversário, ou seja, que, urgentemente, se concilhassem com aquele que se opunham a eles, enquanto estavam no caminho: “Se for possível, quanto estiver em vós, tende paz com todos os homens” (Rm 12:18).

“Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz e o juiz te entregue ao oficial e te encerrem na prisão. Em verdade, te digo que, de maneira nenhuma, sairás dali, enquanto não pagares o último ceutil” (Mt 5:25-26).

Daí vale questionar: É só se reconciliar com os inimigos, que se adquire direito de entrar no reino dos céus? É certo que não, pois o homem é salvo, somente pela fé em Cristo!

Vale destacar que o ‘adversário’ com quem Jesus ordena aos judeus se reconciliarem, possui maior autoridade que eles, pois é capaz de entregá-los ao juiz. Quem é o ‘adversário’, que os ouvintes de Jesus deveriam conciliar? Por que o adversário que deveriam conciliar está no singular e não no plural?

Uma multidão de ouvintes e só um adversário, com quem deviam estar dispostos, pois ninguém consegue pagar uma dívida com Deus! (Sl 49:7-9; Mt 5:26).

“Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz e o juiz te entregue ao oficial e te encerrem na prisão” (Mt 5:25).

Continua:

**O Sermão do Monte e o adultério**



---

[1] “5.21 — Ouvistes que foi dito. Refere-se aos ensinamentos de vários rabinos, não aos de Moisés. Jesus estava questionando a interpretação dos mestres judeus, não o Antigo Testamento”. O novo comentário bíblico NT, com recursos adicionais — A Palavra de Deus ao alcance de todos. Editores: Earl Radmacher, Ronald B. Allen e H.Wayne House, Rio de Janeiro, 2010, pág. 25.

[2] *Reductio ad absurdum* (latim para “redução ao absurdo”[1] , provavelmente, originário do grego ἡ εἰς άτοπον απαγωγή, transl. “e eis átopon apagoge”, que significaria algo próximo a “redução ao impossível”, expressão, frequentemente, usada por Aristóteles, também, conhecida como um argumento apagógico, “Reductio ad impossibile ou, ainda, prova por contradição, é um tipo de argumento lógico, no qual, alguém, assume uma ou mais hipóteses e, a partir destas, deriva uma consequência absurda ou ridícula e, então, conclui que a suposição original deve estar errada. O argumento se vale do princípio da não-contradição (uma proposição não pode ser, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa) e do princípio do terceiro excluído (uma proposição é verdadeira ou é falsa, não existindo uma terceira possibilidade)”, Wikipédia.

[3] “3415 μναομαι (mnaomai), voz média, derivado de 3306 ou, talvez, da raiz de 3145 (da ideia de fixação na mente ou, de posse mental); v 1) fazer lembrar, 1a) relembrar ou, voltar à mente, fazer-se lembrar de, lembrar, 1b) ser trazido à memória, ser lembrado, ter em mente, 1c) lembrar algo, 1d) estar atento a”, Dicionário Bíblico Strong; “3403 μιμνησκω (mimnesko), forma prolongada de 3415 (do qual algo dos tempos são emprestados); v 1) fazer lembrar, 1a) recordar, voltar à mente, lembrar-se de, lembrar, 1b) ser trazido à mente, ser lembrado, ter na lembrança, 1c) lembrar algo, 1d) estar atento a”, Dicionário Bíblico Strong.

[4] “476 αντιδικος (antidikos), de 473 e 1349; TDNT - 1:373,62; n m 1) oponente, 1a) um oponente em um caso de lei, 1b) adversário, inimigo”. Dicionário Bíblico Strong.

---

# Por que Deus colocou a árvore do conhecimento do bem e do mal no meio do Jardim?

“Se Ele não queria que isso acontecesse, por que colocou a tal árvore no meio do jardim - e não fora dos muros do Paraíso?\*" Veronika decide morrer, Paulo Coelho. Para Mari, personagem do romance ‘Veronika decide morrer’, do escritor Paulo Coelho, a expulsão do casal do jardim do Éden foi arbitrária e sem fundamento jurídico “... apenas por transgredir uma lei arbitrária, sem nenhum fundamento jurídico: não comer o fruto do bem e do mal” Idem. Ora, a pergunta acima pode ser formulada sem receio de qualquer castigo, ou que se esteja cometendo um sacrilégio ou uma blasfêmia. Almeje saber por que Deus colocou a árvore do conhecimento do bem e do mal no meio do jardim sem qualquer barreira que impedisse o homem de acessá-la, porém, é de bom alvitre observar que, o ato de formular uma pergunta, e dependendo de quem faz a pergunta, pode abrigar no seu bojo as mais variadas intenções.

---

## Por que Deus colocou a árvore do conhecimento do bem e do mal no meio do Jardim?

### Questionar é salutar

Esta pergunta não deve ser feita somente por ateus, céticos, magos, espiritualistas, e outras correntes de pensadores seculares, mas deve ser feita, principalmente, por cristãos. Não me refiro aos ‘cristãos’ com fulcro na religiosidade, na moralidade, ou na formalidade, mas àqueles que efetivamente creem na doutrina de Cristo.

A pergunta pode ser formulada sem receio de qualquer castigo, ou que se esteja cometendo um sacrilégio ou uma blasfêmia. Almeje saber por que Deus colocou a

árvore do conhecimento do bem e do mal no meio do jardim sem qualquer barreira que impedisse o homem de acessá-la.

Porém, é de bom alvitre observar que, o ato de formular uma pergunta, e dependendo de quem faz a pergunta, pode abrigar no seu bojo as mais variadas intenções.

Para compreender esta peculiaridade própria as perguntas, voltemos ao evento no Éden:

A 'serpente' fez uma pergunta à mulher: *"É assim que Deus disse: não comerás de toda árvore do jardim?"* ( Gn 3:1 ). A 'serpente' desejava saber, ou questionar a ordenança divina? Qual perspectiva motivava o inquiridor?

## **A astúcia da serpente**

Observe o que a astuta 'serpente' conseguiu com a pergunta formulada à mulher:

- Chamou a atenção de Eva para o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal;
- Enfatizou a ideia de uma proibição exacerbada, descabida e que nunca existiu;
- Fez a mulher sentir-se segura de si por demonstrar à 'serpente' conhecimento superior;
- Conseqüentemente, fez a mulher deixar de se refugiar na palavra de Deus, e;
- Conseguiu a oportunidade de expor a mentira que produziu o engano.

A pergunta: *'Por que Deus colocou a árvore no meio do jardim?'* é pertinente e deve ser formulada quando se tem o desejo de saber, porém, dependendo do contexto, ou do momento que ela é feita, pode ser utilizada para infamar.

Observe:

*"Se Ele não queria que isso acontecesse, por que colocou a tal árvore no meio do jardim - e não fora dos muros do Paraíso?\*" Veronika decide morrer, Paulo Coelho, São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2006, Pág. 108.*

Ao se deparar com perguntas semelhantes a esta é de bom alvitre verificar qual a

motivação por trás dela:

- a) desejo de saber, ou;
- b) anseio de criticar, infamar, etc.?

Outro ponto a se considerar refere-se ao estado emocional de quem faz a pergunta.

A pergunta em tela deve ser feita, porém, não se deve renegá-la somente a momentos de desequilíbrio emocional. Por que questionar os motivos da divindade somente quando não se está bem financeiramente, quando se perde um parente, quando se sai de um relacionamento frustrante, quando em depressão, quando em fatalidades, catástrofes, etc.?

Se quem pergunta deseja chegar à verdade, não pode estar comprometido emocionalmente.

É de conhecimento que, um dos problemas da ciência moderna reside na ferramenta, ou seja, no instrumento de análise de certos eventos científicos. Como analisar um átomo sem que o instrumento de análise interfira na dinâmica do átomo? Se analisado por um microscópio, a própria luz que se lança sobre o átomo não interferirá no que se está observando, interferindo na mensuração e no diagnóstico? Ao introduzir certos corantes nas células para observá-la, não se interferiu na dinâmica dos seus compostos?

Que se dirá de uma análise que depende única e exclusivamente de relações lógicas, se a pessoa que busca uma resposta está comprometida emocionalmente? Se as perguntas, a base para qualquer busca de conhecimento, já surgirem eivadas de elementos tendenciosos?

Segue-se que, se uma pessoa estiver comprometida emocionalmente, ouvirá somente o que quer ouvir, e verá somente o que deseja ver. Deste modo, temos por verdadeiro o enunciado do provérbio popular: **“O pior cego é aquele que não quer ver!”**.

Desde que o diabo fez a pergunta à mulher: **“É assim que Deus disse: Não comerás de toda a árvore do jardim?”** ( Gn 3:1 ), enfatizando uma proibição que efetivamente não existiu, muitos pensadores só ouvem e veem na ordenança que Deus deu ao homem uma proibição. Até mesmo acusam Deus de induzir o homem

à desobediência, ou que Deus inventou o castigo.

## O que Deus disse?

Mas, o que Deus disse ao homem? Será que os ateus já leram o que Deus disse? Será que os críticos abriram e leram efetivamente o livro que contém os registros do que Deus disse?

Observe o que Deus disse: “De [toda a árvore do jardim comerás livremente...](#)” ( Gn 2:16 ). O que Deus enfatizou? Deus enfatizou que o homem era livre, e que poderia agir segundo a sua vontade. Adão podia comer livremente de todas as árvores do jardim, porém, a ‘serpente’ enfatizou à mulher somente uma proibição.

É de se estranhar que em nenhuma acusação contra Deus cite as suas palavras conforme consta no Gênesis, principalmente: “De [toda a árvore do jardim comerás livremente...](#)” ( Gn 2:16 ). Geralmente rotulam o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal somente de ‘fruto proibido’. Ora, o fruto nunca foi ‘proibido’, pois de todas as árvores o homem poderia comer ‘livremente’.

A indução da ‘serpente’ ofusca a verdade para aqueles que se agradam em manifestar aquilo que lhes agrada seus corações. Erram ao amalgamar a pergunta tendenciosa da ‘serpente’ a ordenança divina, e interpretam-na apenas como proibição. Bem disse o pregador: “[O tolo não tem prazer na sabedoria, mas só em que se manifeste aquilo que agrada o seu coração](#)” ( Pv 18:2 ).

O que se manifesta na ordenança divina? Deus concedendo a Adão o exercício do livre arbítrio!

Deus colocou a árvore do conhecimento do bem e do mal no meio do jardim, sem qualquer barreira que impedisse o homem de comer do seu fruto para conceder-lhe liberdade.

Se a árvore do conhecimento do bem e do mal não fosse colocada entre as demais árvores do Éden, Adão seria efetivamente livre? Existe liberdade quando não há limites? Como delinear a liberdade sem um referencial estabelecido?

Não há limites para Deus? É assente que Deus é livre, mas Ele não pode mentir. Deus não pode voltar atrás com a sua palavra. Ele não pode prometer e deixar de

cumprir! Embora Deus seja Deus, submete-se à sua palavra! No entanto, Ele é a máxima expressão da liberdade!

A liberdade não está em fazer o que é vetado, antes reside na capacidade de rejeitar ou não o proibido.

Sem a árvore e sem o alerta divino não haveria o exercício da liberdade, e o homem estaria ligado a Deus mesmo contra sua vontade. A regra (livremente) e a exceção (mas) andam juntas para ser factível o exercício da liberdade ( Gn 2:16 -17). Todas as árvores do jardim poderiam ser degustadas livremente, mas, o homem deveria considerar que, caso comesse da árvore do conhecimento do bem e do mal, arcaria com as conseqüências (separação de Deus).

Embora criado livre, não haveria razão de ser tal liberdade se Adão não possuísse a possibilidade real de exercê-la. Que é a liberdade sem a possibilidade de ser escravizado? Escolher o proibido não é propriamente a liberdade, pois ela não reside no proibido, antes, na possibilidade de rejeitar algo factível: a servidão.

Do mesmo modo que a comunhão com Deus (vida) é antagônica a condição de alienação da glória de Deus (morte), estar com Deus é liberdade, e alienado d'Ele escravidão ao pecado.

Somente onde o Espírito de Deus está, ai há liberdade, portanto, somente em Deus o homem é livre e vive ( 2Co 3:17 ).

Adão não precisava experimentar o fruto para ser livre, pois ao experimentá-lo, passou a condição de preso, submetendo-se à sua própria decisão.

Em algum momento Adão foi pressionado a tomar uma decisão?

A liberdade é patente, clara, pois Adão não foi coagido a tomar qualquer decisão. Ele era livre, pois não havia qualquer tipo de opressão que o obrigasse a tomar uma decisão.

Adão não soube das conseqüências dos seus atos? Ele não possuía o conhecimento necessário para tomar uma decisão? Seria a ignorância uma bênção?

A luta pela informação, rechaçando qualquer regime político que viole o direito à informação é uma constante para a humanidade ao longo dos séculos. Porém, por

que acusam Deus de indução à desobediência por ter concedido um direito tão caro a Adão quando informou das conseqüências dos seus atos?

O homem somente é livre quando sabe das conseqüências dos seus atos. O homem é livre quando lhe é permitido tomar decisões. O homem é livre quando possui o conhecimento necessário para tomar suas próprias decisões.

A ordenança divina de modo algum foi arbitrária, antes, superior a qualquer ordenamento jurídico que o homem já inventou. A ordenança divina é a expressão mais sublime do espírito das leis: visava preservar os bens mais importantes do homem - a vida e a liberdade.

Enquanto não comesse do fruto da árvore, Adão permaneceria vivo (unido a Deus), pois a conseqüência era clara: certamente morrerás (alienação de Deus). Enquanto se abstivesse do fruto do conhecimento do bem e do mal Adão permaneceria livre, mas após comer, tornar-se-ia prisioneiro de sua própria decisão.

## **Punição**

Para Mari, personagem do romance 'Veronika decide morrer', do escritor Paulo Coelho, a expulsão do casal do jardim do Éden foi arbitrária e sem fundamento jurídico "... apenas por transgredir uma lei arbitrária, sem nenhum fundamento jurídico: não comer o fruto do bem e do mal" Idem.

É inconcebível que alguém, e utilizamos como exemplo as argumentações da personagem Mari, ligado a um sistema jurídico que é redigido de modo que as pessoas comuns não entendam o prescrito, sendo que este regime se sustem no princípio de que ninguém pode alegar ignorância da lei, questione que houve arbitrariedade na ordenança do Éden.

Haveria arbitrariedade se Deus legislasse em benefício próprio, porém, a ordenança concedida a Adão visava tão somente tutelar o que pertencia ao homem. Tornar alguém passível de punição, mesmo quando desconhece a lei, é legislar em benefício da lei, e não do tutelado pela lei.

Não há qualquer elemento que de margem para se acusar Deus de arbitrariedade,



mas os acusadores querem colocar a ordenança divina em suspensão, mesmo vivendo sob um sistema jurídico que navega por princípios inferiores ao da ordenança divina. Enquanto a ordenança divina visava preservar os dois bens mais preciosos que foi concedido ao homem, os ordenamentos jurídicos da atualidade se propõem mediar conflitos de interesses, sendo eminentemente punitivos. Por exemplo: matar alguém se resume a uma pena de reclusão.

A acusação de que Deus inventou o castigo através da ordenança dada a Adão é basear-se numa lógica simplista sem ao menos investigar os fatos descritos na Bíblia **“Mas Deus (...) Pelo contrário, escreveu a lei e achou um jeito de convencer alguém a transgredi-la, só para poder inventar o Castigo”** idem.

**“E ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda a árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás”** ( Gn 2:16 -17).

Qual a consequência da decisão do homem em comer do fruto do conhecimento do bem e do mal? Morte. A morte da qual Deus fez referência não era o término das funções vitais do corpo, pois ao se referir à morte física do homem Ele utiliza a expressão ‘voltar ao pó’.

Se só havia Adão e Eva no Éden, eles morreriam para quem? A decisão de comer do fruto teria como consequência alienação, uma barreira entre Deus e os homens. Somente o termo ‘morte’ para descrever a ‘nova’ condição pertinente ao homem após a queda.

Quando Deus alertou: ‘dela não comerás’, estava sinalizando que, caso o homem não mais desejasse relacionar e depender do Criador (vida), que lançasse mão do fruto do conhecimento do bem e do mal. Como o homem era livre, caso não mais desejasse viver na dependência do cuidado e do conhecimento do Senhor, poderia ‘existir’ à parte d’Ele (morte).

Após comer do fruto do conhecimento do bem e do mal, o homem tornou-se como Deus, conhecedor do bem e do mal. A barreira de inimizade foi erguida (morte, separação, alienação...), e o homem passou a guiar-se segundo o conhecimento que adquiriu.

Deus a ninguém oprime ( Jó 37:23 ), e a ninguém tenta com o mal ( Tg 1:13 ),

portanto, a queda do homem não partiu do Criador. Foi o homem que se lançou da presença do Criador.

Após comer do fruto e morrer (alienação), o homem passou a existir escravo de sua própria decisão. Apesar de ser como Deus, conhecedor do bem e do mal, estava alienado Deus, portanto, foi incumbido de se sustentar por conta própria. Quando compartilhava da glória de Deus, o homem não era como Deus, conhecedor do bem e do mal, mas Deus o provia de todas as coisas. De todas as árvores do jardim que foi plantado pelo Senhor o homem podia comer livremente, com a queda, o homem estava de posse do conhecimento necessário e precisava manter-se do suor do seu rosto ( Gn 3:19 ).

A condição de Adão equipara-se a do filho que consegue a emancipação do pai: subsistirá pelos seus próprios meios. Quando estava em comunhão bastava lavrar e cuidar do jardim de Deus, agora, fora do jardim, a terra foi posta a produzir espinhos e cardos, para que o homem provesse o seu sustento através do suor do seu rosto ( Gn 3:18 ). O trabalho não foi punição, pois o homem trabalhava desde que foi posto no jardim.

O homem tornou-se 'independente' após a queda, e foi lançado fora do jardim do Éden para que iniciasse a sua labuta: lavrar uma terra "difícil" que produziria suor segundo a medida do trabalho do homem ( Gn 3:23 ). Observe que há uma grande diferença entre 'liberdade' (vida) e 'independência' (morte). Quando se é livre, há uma relação estabelecida entre as partes, mas quando se estabelece a independência, as relações estão cortadas.

Antes da queda o homem era livre para decidir se permanecia ou se apartava do Criador. Após a queda, tornou-se escravo da sua própria decisão, pois não dispõe de meios para voltar ao Criador. Embora muitos busquem voltar ao Criador por seus próprios meios, estão fadados ao fracasso.

## **Liberdade em Cristo**

Voltar a viver é possível somente através do próprio Criador, que sinaliza amorosamente através da sua palavra. Como o homem não deu crédito (creu) na palavra que lhe era para vida, o único meio de o homem voltar a ter vida é crer na palavra do Verbo encarnado - Cristo, que no Éden relacionou-se 'teofanicamente'

com Adão.

É por isso que Cristo diz: “Quem crê em mim, como diz a Escritura, rios de água viva correrão do seu ventre” ( Jo 7:38 ). Basta crer nas Escrituras! Não é necessário fazer como fez Eva, que em vez de crer na palavra da expressa imagem de Deus, buscou reforçar a sua palavra “E disse a mulher à serpente: Do fruto das árvores do jardim comeremos, mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Não comereis dele, nem nele tocareis para que não morrais” ( Gn 3:2 -3).

Bastava crer na palavra do Senhor que lhes disse que ‘certamente morreriam’, caso utilizassem da liberdade que possuíam, e comessem da árvore do conhecimento do bem e do mal. Induzida pela serpente, Eva transtornou a ordenança, que enfatizava liberdade, alerta e cuidado, tornando-a uma ‘lei’ estritamente proibitiva: “Não comereis dele, nem nele tocareis para que não morrais” ( Gn 3:3 ).

Onde há somente uma ‘lei’ proibitiva em lugar da ordenança que promove à liberdade, a concupiscência opera no homem, pois ao entender a liberdade da ordenança como estritamente um mandamento (lei), o pecado opera toda concupiscência. Por exemplo: Eva olhou e viu que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e desejável para dar entendimento (Como ela considerou a ordenança como sendo estritamente um mandamento, o pecado por meio do mandamento operou toda concupiscência), ela lançou mão do fruto e comeu.

Mesmo que a proibição (lei) não é pecado, o homem só conhece a concupiscência ao se deparar com a proibição (lei). Na liberdade ‘de todas as árvores comerás livremente’ o pecado estava morto, o mesmo que viver sem lei, pois a lei (proibição) só tem razão de ser para os transgressores ( 1Tm 1:9 ), enquanto a ordenança cerca de cuidado os livres. Somente na proibição ‘não comereis dele’, o pecado acha ocasião, pois acaba operando toda concupiscência.

Enquanto havia liberdade o homem vivia, mas na proibição ‘Não comereis dele’, a concupiscência deu lugar ao pecado que trouxe a morte. Observe que, o mandamento que era para vida, tornou-se morte. O mandamento (ordenança) é santo, justo e bom, e a lei (proibição) santa, porém, o pecado achou ocasião na ordenança e matou o homem. O pecado só achou ocasião porque, induzida pela pergunta da serpente, Eva entendeu que a ordenança resumia-se estritamente

numa lei proibitiva, e através do mandamento 'dela não comerás', o pecado enganou-a e a matou.

Portanto, qualquer que lê as escrituras precisa compreender que onde o Espírito do Senhor está há liberdade, mas a lei, por si só opera a ira, pois o pecado sempre achará ocasião na lei através da concupiscência.

A lei só é imposta aos [transgressores](#) ( 1Tm 1:9 ), e por causa dos transgressores ( Gl 3:19 ). Tanto a lei: "Comeste da árvore de que te ordenei que não comesse?" ( Gn 3:11 ), quanto a lei de Moisés, foram acrescentada por causa da transgressão, pois nela opera a ira de Deus, em lugar do cuidado da ordenança, que tem razão de ser para os justos ( 1Tm 1:9 ).

## **Revestido da armadura**

Para vencer a 'serpente', bastava Eva ater-se a ordenança divina assim como Cristo fez, ao dizer: "Está escrito: não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus" ( Mt 4:4 ). Há uma grande diferença entre:

- O que Deus disse: "De toda a árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás" ( Gn 2:16 -17);
- O que Eva disse: "Do fruto das árvores do jardim comeremos, mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Não comereis dele, nem nele tocareis para que não morrais" ( Gn 3:2 -3).

Ela esqueceu que de todas as árvores poderia comer livremente, o que ensejou uma conclusão equivocada: "Não comereis dele, nem nele tocareis...".

Enquanto o ordenamento jurídico da atualidade persegue o transgressor até impor a punição prescrita, a ordenança do Éden somente colocou o homem a par das conseqüências dos seus atos. Deus não perseguiu o homem para puni-lo, antes o homem sofreu as conseqüências da sua decisão assim que comeu do fruto.

Enquanto a serpente apontou o conhecimento do bem e do mal como atrativo para o homem comer o fruto, Deus somente alertou que, caso comesse do fruto, o homem estabeleceria uma barreira entre os homens e Deus (morte, pecado,

alienação, escravidão).

Se Deus colocasse uma barreira entre o homem e a árvore do conhecimento do bem e do mal, estabeleceria uma relação de desconfiança entre Criador e criatura. Hoje os céticos acusariam Deus de não dar um 'voto' de confiança ao homem. Se houvesse uma barreira entre o homem e o fruto do conhecimento do bem e do mal, questionariam se em algum momento o homem foi livre.

O que queremos ver? Qual o objetivo dos questionamentos que se avolumam em nossos dias? Buscam informação ou querem infamar Deus?

Há indução ao crime, à desobediência, ou à rebelião na seguinte ordenança?

“Ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda a árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás, pois no dia em que dela comeres, certamente morrerás” ( Gn 2:16 -17).

- Deus enfatiza plena liberdade - “De toda a árvore do jardim comerás livremente...”;
- Aviso solene sem indução a uma decisão: “... mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás...”;
- Motivação do alerta, conhecimento necessário a uma decisão: “... pois no dia em que dela comeres, certamente morrerás”;
- Conseqüência da decisão: “... certamente morrerás”;
- Bem 'jurídico' a ser 'tutelado': vida e liberdade.

Caso a Bíblia relatasse que Deus deixou a árvore sem qualquer aviso no jardim, e plantada entre outras árvores semelhantes, e desavisadamente o homem comesse do fruto e morresse, acusariam Deus de ser omissos, injusto e sem amor por suas criaturas.

## **Deus na viração do dia**

Mari, após questionar a motivação de Deus, por colocar a árvore do conhecimento do bem e do mal no meio do jardim, satiriza a narrativa dos eventos após a queda do homem e sugere que Deus estava sendo sádico:

“Quando a lei foi violada, Deus - o Juiz Todo-Poderoso - ainda simulara uma perseguição, como se não conhecesse todos os esconderijos possíveis. Com os anjos olhando e divertindo-se com a brincadeira (a vida pra eles também devia se muito aborrecida, desde que Lúcifer deixara o Céu), Ele começou a caminhar. Mari imaginava como aquele trecho da Bíblia daria uma bela cena num filme de suspense: os passos de Deus, os olhares assustados que o casal trocava entre si, os pés que subitamente paravam ao lado do esconderijo”  
Idem.

O que a advogada Mari do romance faz, muitos fazem no dia-a-dia. Utilizam o seu conhecimento profissional, ou a sua formação acadêmica para infamar aquilo que não compreendem.

Os passos de Deus no Éden dariam uma cena em um filme de suspense? Deus tem pés? Deus simulou uma perseguição? Deus foi sádico?

Conhecimentos jurídicos, históricos e até mesmo científicos não permitem avaliar as indagações acima. Mas, se tiver conhecimento bíblico, não há entrave algum na passagem bíblica.

Geralmente os incautos visualizam neste trecho da Bíblia Deus em sua glória e majestade, porém, esquecem que na Bíblia há inúmeros eventos de teofania. Teofania é um conceito de cunho teológico que significa a manifestação de Deus em algum lugar, coisa ou pessoa. Os eventos tidos por mais marcantes refere-se às pessoas de Abraão ( Gn 18:1 -2) e Moisés ( Ex 3:2 -6).

Mas, a teofania mais importante ocorreu no Éden, pois Adão foi criado do pó da terra e se relacionava diretamente com a expressa imagem de Deus - Cristo. Quem é a expressa imagem de Deus? O escritor aos Hebreus responde: Cristo, o Filho de Deus ( Hb 1:2 -3). Jesus é a expressa imagem de Deus, herdeiro de tudo, e por Ele o mundo foi feito, inclusive a criação de Adão ( Pv 30:4 ).

Quando Deus disse: “[Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança](#)” ( Gn 1:26 ), a expressa imagem de Deus se encarregou desta tarefa. Como Deus criou o homem à sua imagem? A expressa imagem do Deus invisível, o Verbo eterno que havia de encarnar, responsável também por toda criação, criou o homem como sua figura ( Gn 1:27 ; Rm 5:14 ).

Lembrando que a figura não é a imagem exata das coisas, temos que, somente

Cristo glorificado é a imagem e semelhança de Deus, e somente os homens que ressurgem com Ele alcança o propósito eterno estabelecido no Éden que é fazer o homem conforme a imagem de Cristo, conforme a semelhança de Cristo, que é a expressa imagem de Deus ( Gn 1:27 ).

Deus criou o homem à imagem de Cristo, conforme Aquele que é semelhante a Ele, ou seja, conforme o seu Filho. E como o homem foi feito a imagem do Filho de Deus? O Filho de Deus (a imagem de Deus) o criou. Ou seja, assim criou Deus o homem a imagem do seu Filho: o seu Filho o criou ( Gn 1:27 ).

É por isso que Deus formou (mãos) o homem do pó da terra e soprou-lhe (fôlego) nas narinas (boca) ( Gn 2:7 ). Além do mais, plantou um jardim no Éden, e ali colocou o homem, que não é a imagem exata (expressa), antes uma figura de Cristo, que é a expressa (exata) imagem de Deus.

O Senhor Jesus utilizou as mãos ao fazer uma adjutora para Adão ( Gn 2:21 ), falou com o casal ( Gn 3:8 ), e fez roupas para ambos ( Gn 3:21 ). Ou seja, Adão não se escondeu porque ouviu passos, antes porque ouviu a voz da expressa imagem de Deus. Eles se esconderam porque não queria que Deus (teofania= expressa imagem de Deus) os vissem sem trajes.

Assim como Cristo apareceu a Abraão, também apareceu e relacionou-se com Adão, que era a sua figura *“Abraão, vosso pai, exultou por ver o meu dia, e viu-o, e alegrou-se”* ( Jo 8:56 ; Rm 5:14 ).

Para quem não compreende estes eventos, parece cômico um Deus todo-poderoso procurar um casal no jardim do Éden, porém, Adão relacionou-se com a expressa imagem de Deus, pois recebeu d’Ele a ordenança. Às vezes que o Senhor visitou o casal no jardim, assim o fez em teofania, e não em glória imarcescível.

A visitação do Senhor não era com voz de trovão, como ocorreu em outras aparições, antes Adão falava com alguém que era seu igual, semelhante a ele. Após a queda, Deus voltou a falar com Adão como sempre fizera, e não com fogo, raios, trovões e densas trevas para aterrorizá-lo.

Ora, quando Deus os chamou ao termino do dia, o casal resolveu esconder-se. Nem de longe Deus simulou uma perseguição, antes o casal é que se propôs a esconder. Por fim, ao solicitá-los novamente: *“Onde estás?”*, Adão declarou os seus desatinos e a vergonha por estar nu.



O homem tornou-se como Deus: conhecedor do bem e do mal ( Gn 3:22 ). Adão e Eva alcançou o que a 'serpente' lhes disse ( Gn 3:5 ), porém, lançaram mão da alienação de Deus.

Não foi Deus que impôs aos homens os milhares de regras e leis que possuem. A necessidade de regras e leis é algo próprio a natureza do homem.

Antes mesmo de pecar, quando inquirida pela serpente, Eva exacerbou a ordenança divina: **“Não comereis dele, nem nele tocareis, para que não morrais”** ( Gn 3:3 ). Os homens para si mesmo são leis, pois criam leis, regras e se deleitam em questões morais. Pune qualquer que não se encaixam em suas regras.

Deus criou o homem nu e não lhes deu nenhuma lei proibindo a nudez, porém, o homem sentiu vergonha de si mesmo, e resolveu de moto próprio cobrir-se ( Gn 3:7 ).

Por que infamar Deus, se tudo que Ele criou era bom? **“Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim?”** ( Rm 9:20 -21 ).

Os infamadores somente vêem na ordenança divina um meio inventado por Deus para castigar o homem, porém, qual modelo de ordenamento jurídico fica a espreita para punir o homem: os ordenamentos jurídicos atuais, ou a ordenança do Éden? Há algo de preventivo no ordenamento jurídico da atualidade?

Por fim, enfatizamos a necessidade de ser fazer perguntas, por mais absurdas que possam parecer num primeiro momento se estivermos interessados em conhecimento, porém, quando for bombardeado por uma pergunta, analise a intenção do inquiridor.

Após esclarecer a intenção do inquiridor, caso não saiba, procure a resposta na Bíblia, pois o apóstolo Tiago foi claro ao dizer: **“Ora se alguém de vós tem falta de sabedoria, peça a Deus, que a todos dá liberalmente, e não censura, e ser-lhe-á dada”** ( Tg 1:5 ).

---

# Como Deus sendo justo justifica o ímpio?

Todos os questionamentos surgem porque falta a compreensão de como se dá a justiça de Deus. Como Deus justifica o ímpio ( Rm 3:26 ), se Ele mesmo afirmou que jamais justifica o ímpio ( Ex 23:7 ). Se é reto que a justiça condene o culpado, um juiz que absolve ou justifique o injusto não age injustamente?

---

## Como Deus sendo justo justifica o ímpio?

### Introdução

Uma das inestimáveis doutrinas do Cristianismo é a justificação. Tal doutrina foi abordada pelo apóstolo Paulo quando escreveu aos cristãos em Roma, porém, é mal compreendida por muitos cristãos.

A incompreensão da doutrina da justificação é nítida desde os primeiros pais da igreja e, assim continuou no período da Idade Média.

Com o advento da reforma, muitos pensam que houve um retorno aos princípios do evangelho, e que, daí por diante, o conceito de justificação é o mesmo que foi apresentado pelos apóstolos. Grande equívoco!

### Justificação forense

Quanto ao sentido do termo traduzido por 'justificar' no Antigo Testamento, na sua maioria o erro decorre da conotação moral e ética que atribuem ao termo. Porém, a vertente mais perniciosa é aquela que vê no termo aspectos forense, como quando uma pessoa comparece perante um tribunal e é declarada

judicialmente justa por ter uma vida coerente com as exigências legais, pois o sentido neotestamentário do termo “justificar” não guarda relação com a justiça dos tribunais, pois a justiça de Deus se dá através do seu poder.

O apóstolo Paulo é claro ao dizer que o evangelho de Cristo é poder de Deus para salvação de todo o que crê, pois no poder de Deus se descobre a justiça de Deus ( Rm 1:16 -17). Jesus ao curar um paralisado disse: “[Ora, para que saibais que o Filho do homem tem sobre a terra poder de perdoar pecados \(disse ao paralisado\), a ti te digo: Levanta-te, toma a tua cama, e vai para tua casa](#)” ( Lc 5:24 ). Ou seja, a justificação se dá pelo poder de Deus, sem qualquer referencia a um tribunal.

A justiça forense não justifica os réus, somente emitem uma sentença de que aquela pessoa é inocente ou culpada, o que é diferente de declarar alguém justo. Num tribunal verifica-se somente uma conduta isolada, ou seja, não se analisa a vida de quem é julgado, o que inviabiliza declarar alguém justo ou injusto.

Ao pensarmos em um tribunal divino, temos que considerar que tal tribunal foi estabelecido no Éden, quando Adão pecou. Naquele momento ele foi julgado e apenado com a morte, separação, alienação de Deus “[Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação de vida](#)” ( Rm 5:18 ).

Naquele evento todos os homens pecaram. Naquele ‘tribunal’ toda a humanidade tornou-se destituída da glória de Deus ( Rm 3:23 ; 1Co 15:22 ). Como a pena emitida no ‘tribunal’ do Éden poderia ser aplicada a Cristo se a pena não pode passar da pessoa do transgressor? Como a justiça de Cristo pode ser atribuída por Deus aos culpados?

Naquele tribunal houve uma única sentença: condenação!

E como uma pessoa condenada pode ser declarada justa por Deus se a justificação bíblica não é forense?

Por causa destas indagações, muitos teólogos, ao especular sobre a natureza da justificação consideram que o homem justificado não se torna justo, antes só é declarado justo. Ou seja, embora não seja justo, Deus faz uma declaração e trata tal homem como se fosse justo, mas que na realidade não é justo. Está é a teoria predominante nos meios acadêmicos que se firmou desde a reforma com Lutero.

Para os acadêmicos, 'tornar justo' e 'declarar justo' são afirmações distintas, ao afirmar que Deus declara o homem justo sem torná-lo justo.

É possível Deus verdadeiro declarar uma mentira? Não é injusto tratar o injusto como se fosse justo?

Mesmo que se considere que ser declarado justo não possui relação direta com ser justo, não se pode ignorar que a declaração procede de Deus que, além de ser justo, vela sobre a sua palavra para cumprir e, a sua palavra jamais volta vazia. Se Deus declarar justo o homem que não é justo comete injustiça, assim como também se mostra impotente para cumprir sua palavra, que seria inócua.

Portanto, em conformidade com Antigo Testamento, justificar implica na certeza de que a pessoa é inocente e, depois, declarar o que de fato é a verdade: que a pessoa é isenta de culpa, justa, que se porta conforme a lei. Se isto era exigido dos tribunais humanos que se dirá de Deus? ( Dt 25:1 )

Na Reforma protestante, Lutero procurou reafirmar um sentido forense para o termo 'justificação', considerando que a 'justificação' seria um 'direito legal' de se ter comunhão com Deus. Ele apresentou esta proposta para fugir da afirmação de que a justificação seria uma justiça infundida no homem. Mas, de onde tal direito 'legal' surgiu para que o homem lançasse mão dele?

Todos os questionamentos surgem porque falta a compreensão de como se dá a justiça de Deus. Como Deus justifica o ímpio ( Rm 3:26 ), se Ele mesmo afirmou que jamais justifica o ímpio ( Ex 23:7 ). Se é reto que a justiça condene o culpado, um juiz que absolve ou justifique o injusto não age injustamente?

Millard J. Erickson, em sua Introdução à Teologia sistemática, define que a justificação é um ato forense de imputação da justiça de Cristo ao crente', mas que *'não é de fato uma infusão de santidade no indivíduo'*. Ele arremata dizendo que *'não é uma questão de tornar a pessoa justa ou de alterar a sua condição espiritual'* Erickson, Introdução a Teologia Sistemática, p. 409.

Neste mesmo sentido Scofield diz que *'o pecador crente é justificado, isto é, tratado como justo (...) A justificação é um ato de reconhecimento divino e não significa tornar uma pessoa justa...'* Scofield, Bíblia de Scofield com referencias, Rm 3:28, p. 1147.

O Dr. Emery H. Bancroft diz que o método da justificação é divino e não humano, visto que o homem só pode justificar o inocente e Deus justifica o culpado, sendo que *'Deus justifica à base da misericórdia'* e o *'homem justifica a base do mérito'* Bancroft, Teologia Elementar, p. 256. Por fim, ele alega que o homem precisa ser salvo do seu caráter, esquecendo-se que não foi o caráter que estabeleceu a alienação de Deus, mas o pecado.

Certo é que, quanto ao fundamento, a justificação tem por base a justiça de Cristo, pois o homem é incapaz de promover a sua justificação. Embora seja verdadeira a premissa de que Cristo se fez justiça para a humanidade, persiste a pergunta: como se processa a justiça de Deus ao justificar o injusto, sendo Ele absolutamente justo?

A resposta encontra-se no evangelho, ou seja, no poder de Deus.

## **O poder de Deus para justificação**

A necessidade de justificação se deu a partir da queda de Adão. Com a desobediência de Adão o pecado entrou no mundo e a humanidade herdou uma natureza alienada de Deus, uma natureza separada e, conseqüentemente, toda a humanidade é injusta desde seu nascimento ( Sl 51:5 ; Sl 58:3 ; Gn 8:21 ).

A justiça é reta: a alma que pecar esta mesma morrerá ( Ez 18:20 ). De igual modo, a Bíblia deixa claro que todos pecaram e foram destituídos de compartilhar da comunhão com Deus ( Rm 3:23 ). Neste sentido, todos devem ser assalariados com a morte, pois a pena não pode passar da pessoa do transgressor e Deus jamais declara o ímpio justo.

Embora Deus seja misericordioso, a sua justiça não tem por base a misericórdia, e sim o seu poder. Como a todos os homens está determinado morrerem uma só vez, vindo após isto o juízo de obras que se realizará diante do grande trono branco, juízo onde ninguém será justificado tendo em vista a condenação do Éden *"E, como aos homens está ordenado morrerem uma vez, vindo depois disso o juízo..."* ( Hb 9:27 ; Ap 20:12 -13 ), o evangelho é a providencia divina para que o homem seja apenado com Cristo, e não com o mundo.

Quando o homem crê em Cristo conforme o que as Escrituras dizem, naquele

instante toma sobre si a própria cruz e segue após Cristo [“E quem não toma a sua cruz, e não segue após mim, não é digno de mim”](#) ( Mt 10:38 ). Ao crer, o homem torna-se participante da carne e do sangue de Cristo, momento que lhe é comunicado as aflições, vitupérios e a morte de Cristo [“Para conhecê-lo, e à virtude da sua ressurreição, e à comunicação de suas aflições, sendo feito conforme à sua morte”](#) ( Fl 3:10 ).

Quem crê sai juntamente com Cristo ao arraial e leva sobre si o vitupério de Cristo, pois é crucificado e morto juntamente com Cristo [“Saíamos, pois, a ele fora do arraial, levando o seu vitupério”](#) ( Hb 13:13 ). Quando o homem é morto com Cristo, Deus executa justiça e, conseqüentemente a sua palavra, pois a alma que pecar esta mesma morrerá, ou seja, a penalidade não passa da pessoa do transgressor, pois quem está morto está justificado do pecado.

Quando o homem crê em Cristo, ou seja, admite (confissão) que Ele é o Filho do Deus vivo, é porque também admitiu (confissão) que é pecador. Neste instante o homem é crucificado, morre e é sepultado com Cristo [“Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados na sua morte? De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte”](#) ( Rm 6:3 - 4).

Ou seja, a justiça exigida por Deus é estabelecida, pois a pena prevista não passa da pessoa do transgressor. Embora a morte física de Cristo tenha sido substitutiva, contudo a cruz, a morte e o sepultamento não o são, pois os que creem são participantes da circuncisão de Cristo, que é o despojar de toda a carne ( Cl 2:11 ).

Através da morte de Cristo, o homem culpado que surgiu através da semente de Adão é apenado com a morte, de sorte que Deus jamais justifica o ímpio. A alma que pecar, esta mesma morrerá e, através da morte com Cristo a determinação divina se concretiza. A ira divina requer juízo e a sua misericórdia não impede que esse juízo seja executado: o homem precisa morrer com Cristo.

É por isso que o apóstolo Paulo diz: [“Porque aquele que está morto está justificado do pecado”](#) ( Rm 6:7 ), pois o velho homem foi crucificado, morto e sepultado conforme merecia. O homem gerado segundo a semente corruptível de Adão jamais receberá de Deus a declaração de justo. Deus jamais justifica o ímpio, pois ao ímpio não há paz, antes espada, morte.

Demonstramos que Deus é justo, agora falta demonstrar como Ele é justificador

dos que creem em Cristo [“Para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus”](#) ( Rm 3:26 ).

## **Justificador**

Quando o pecador morre com Cristo Deus é justo, quando ressurge um novo homem dentre os mortos com Cristo pelo poder de Deus, Deus é justificador! Sem contradição alguma! Justo e justificador é o Senhor!

No momento que é criado um novo homem, Deus o declara justo, livre de culpa, pois o novo homem é criado em perfeita justiça e santidade ( Ef 4:24 ). A velha criatura jamais é declarada justa, mas aqueles que recebem poder para serem feitos filhos, estes Deus os declara justos.

Quando Deus olha o homem ressurreto com Cristo, não precisa olhar para Cristo para declará-lo justo, visto que ao olhar para o cristão Deus vê um dos seus filhos, gerado segundo a palavra da verdade. Deus só declara justos os nascidos de novo e, para os de novo nascidos, eis que tudo se fez novo.

Quando Deus anuncia que jamais justifica o ímpio, temos que considerar que Ele se refere ao homem gerado de Adão. Quando lemos o apóstolo Paulo afirmando que Deus justifica o ímpio temos um novo contexto, pois ele faz referencia a fé que o ímpio professa [“Mas, àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça”](#) ( Rm 4:5 ).

A Bíblia demonstra que Jesus ressurgiu para a nossa justificação [“O qual por nossos pecados foi entregue, e ressuscitou para nossa justificação”](#) ( Rm 4:25 ), pois ao ressurgir com Cristo, o homem é criado justo e declarado justo, pois tal declaração implica em uma atestado divino de que a nova criatura em Cristo de fato foi criada em verdade e justiça , portanto, é justa.

Assim como o pecado de Adão foi imputado à humanidade por causa da semente corruptível, assim também a justiça de Cristo é imputada ao homem em decorrência da semente incorruptível, pois na regeneração os homens passam a ser participantes da natureza divina, sendo justos e perfeitos como o é o Pai celeste quando ressurgem dentre os mortos com Cristo ( Rm 1:4 ).



O meio pelo qual o homem se apropria da justificação é somente pela fé. Quando dizemos que é pela fé, não quero dizer com isso que é a crença do homem que opera tal obra, antes é a fé que havia de se manifestar, Cristo, o poder de Deus, o evangelho. Como já mencionamos. A justificação se dá em decorrência do poder de Deus, ou seja, basta confiar no poder de Deus contido no evangelho [“Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos”](#) ( Cl 2:12 ).

É por isso que Jesus perdoou os pecados do paralisado com base no seu poder, visto que a justificação se dá através do poder que trás à luz o novo homem, e não conforme muitos apregoam, de que a justificação se dá através de princípios forenses [“Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra?”](#) ( Rm 9:21 ).

O mesmo poder que foi manifesto em Cristo ressuscitando-o dentre os mortos é o poder que opera naqueles que creem na força do poder de Deus, que é o evangelho. Todos quantos já ressurgiram são de fato justificados, pois além de serem declarados justos, também foram feitos justos [“E qual a sobre-excelente grandeza do seu poder sobre nós, os que cremos, segundo a operação da força do seu poder, que manifestou em Cristo, ressuscitando-o dentre os mortos, e pondo-o à sua direita nos céus”](#) ( Ef 1:19 -20 ; 1Co 1:18 e 24).

---

## **A doutrina de Cristo**

Ao falar da necessidade do novo nascimento Cristo demonstrou que ser judeu, fariseu, mestre ou religioso, não habilita ninguém a ter acesso ao reino de Deus.

---

# A doutrina de Cristo

## A Função dos Milagres

“Havia entre os fariseus um homem chamados Nicodemos, um dos principais dos Judeus. Este foi ter com Jesus de noite, e disse: Rabi, sabemos que és Mestre, vindo de Deus. Pois ninguém poderia fazer estes sinais miraculosos que tu fazes, se Deus não fosse com ele” ( Jo 1:1 -2)

Entre os Judeus havia um mestre do judaísmo de nome Nicodemos. Ele era fariseu e foi encontrar-se com Jesus à noite. Neste encontro, surpreendentemente Nicodemos chamou Jesus de ‘Rabi’, ou seja, Mestre. Tal reconhecimento vindo da parte de um juiz, ou de um mestre em Israel era para deixar qualquer um dentre os homens lisonjeado.

Mas, por que Nicodemos chamou Jesus de Mestre? Em sua abordagem inicial Nicodemos fez a seguinte afirmação: “Rabi, bem sabemos que és Mestre, vindo de Deus; porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não for com ele” ( Jo 3:2 ).

Nicodemos entendeu que Jesus era mestre por causa dos milagres que estavam sendo realizados. Nicodemos ao ter noticia dos milagres realizados por Jesus entendeu que Ele era Mestre, porém, um mestre enviado por Deus, o que tornava Jesus distinto de todos os outros mestre em Israel.

Quem poderia realizar os milagres que Jesus estava realizando sem o auxilio do dedo de Deus? O próprio Nicodemos responde: Ninguém poderia realizar estes sinais que Tu fazes! A análise de Nicodemos é totalmente válida, e a conclusão também ( Jo 5:36 ).

Nicodemos venceu uma grande barreira ao concluir que Jesus era Mestre vindo de Deus, e esta conclusão impulsionou Nicodemos a ter um encontro com Cristo à noite. Outros fariseus tiveram encontro com Cristo à luz do dia, porém, movidos de hipocrisia, querendo pegar Jesus nalguma contradição.

Após analisar a pessoa de Jesus através dos milagres que Ele operava, Nicodemos foi até Jesus e expôs a sua conclusão:

- Jesus era Mestre;

- Enviados por Deus, visto que;
- Ninguém poderia realizar tal milagres, se Deus não estiver com ele.

Nicodemos não foi atrás de um milagre, antes queria saber mais sobre a doutrina d'Aquele que operava milagres.

Sabemos que Deus possui todo poder, e que milagres não são maravilhas superior a própria obra da criação. Não há milagres que supere a obra criativa de Deus, tais como: a vida, o universo, etc. Tudo é um milagre, pois todas as coisa foram operadas maravilhosamente através do poder de Deus.

A função precípua de um milagre é despertar o homem a conhecer o seu Criador. Qualquer uso ou discurso que se faz fora desta tônica desvirtua o 'testemunho' que Deus dá acerca d'Ele, para que o homem procure se aproximar de Deus ( Hb 2:4 ).

Milagres não é o primordial na vida do homem, antes é preciso ter em mente que [os milagres](#) são a confirmação de Deus do que foi anunciado pelos profetas e por Cristo. É preciso crer em Deus que opera maravilhosamente, e não nas maravilhas operadas. O homem precisa estar focado na mensagem de Deus, e não nas maravilhas que Dele procedem.

### A Doutrina de Cristo

[“Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o Reino de Deus” \( Jo 3:3 \)](#)

Embora reconhecesse Jesus como sendo Mestre da parte de Deus, Nicodemos desconhecia a doutrina de Cristo. O milagre foi à causa primária da conclusão de Nicodemos de que Cristo havia sido enviado por Deus, porém, Nicodemos precisava ouvir a doutrina do Mestre enviado .

Nicodemos estava focado na qualidade de Mestre daqueles que era enviado de Deus e operava milagres que ninguém poderia operar, se Deus não fosse com Ele [“... porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não for com ele” \( Jo 3:1 \)](#).

Qual não foi a surpresa de Nicodemos quando Cristo lhe respondeu: [“Na verdade,](#)

na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o Reino de Deus” ( Jo 3:3 ).

A estratégia de evangelismo de Jesus é a mesma adotada por João: os milagres tinham a função de demonstrar aos homens que Jesus era o enviado de Deus. Uma vez que Nicodemos já havia reconhecido que Cristo era Mestre enviado por Deus “Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus...”, Jesus chama a atenção de Nicodemos para o primordial, o novo nascimento “... e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” ( Jo 20:31 ).

Os milagres deixam de ter importância quando a verdade vem à tona e Nicodemos pergunta: “Como pode um homem nascer, sendo velho? Pode, porventura, tornar a entrar no ventre de sua mãe, e nascer?” ( Jo 3:4 ). Nicodemos não contesta a informação dada pelo Mestre enviado por Deus, antes se preocupou em entender a dinâmica do ‘novo nascimento’, ou da doutrina de Cristo.

Por estar vetado o reino dos céus àqueles que não nasceram de novo, Nicodemos ficou preocupado, uma vez que ele já era velho. Haveria um milagre extraordinário que tornaria possível Nicodemos voltar ao ventre materno para que ele pudesse nascer de novo, mesmo sendo velho?

O fariseu Nicodemos, seguidor de um seguimento mais severo da religião judaica, ao ser informado que não tinha direito de ver o Reino de Deus, deveria soar no mínimo como absurdo. Nicodemos poderia ter rejeitado de pronto a doutrina de Jesus, já que ele, além de ser fariseu, era um representante do melhor da nação e da religião judaica.

Fica claro que ser judeu ou gentil, ser fariseu ou de qualquer outro seguimento religioso, ser mestre ou leigo, ser juiz ou réu, não habilita ninguém a ter acesso ao Reino de Deus. Antes, todos, indistintamente necessitam nascer de novo.

Em nossos dias há muitas pessoas que quem conhecer Cristo através de milagres e maravilhas, mas que não busca a sua palavra “Mas, se não credes nos seus escritos, como creereis nas minhas palavras?” ( Jo 5:47 ).

Nicodemos foi além dos milagres operados por Cristo “porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não for com ele”, e suportou a doutrina de Cristo, mesmo ela demonstrando que a sua condição não lhe dava direito ao reino dos céus.

Ao falar da necessidade do novo nascimento Cristo demonstrou que ser judeu, fariseu, mestre ou religioso, não habilita ninguém a ter acesso ao reino de Deus. É sobre estes aspectos que comentaremos o novo nascimento: Por que devemos passar pelo novo nascimento? O que é esse novo nascimento? O homem consegue nascer de novo sem a participação de Deus?

Continua no artigo [‘Como nascer novamente’](#).